Página PT 13
Nº139 FEVEREIRO/2014
UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO
Não bastou votar.
Vai ter que marchar!
Mexer nos direitos dos trabalhadores? Nem que a vaca tussa!
Centrais sindicais mobilizam contra
as medidas provisórias 664 e 665.
Os ricos que paguem a conta do ajuste fiscal!

EDITORIAL

Tempos de confusão

Em novembro de 2014, *Página 13* publicou um documento intitulado *Comemoração e Luta*, que foi levado em conta pela direção nacional do Partido dos Trabalhadores quando, reunida nos meses de novembro e dezembro de 2014, aprovou resoluções sobre as ações imediatas do campo democrático-popular e do governo Dilma Rousseff, apontando no sentido de consolidar a vitória e garantir um segundo mandato superior.

Mas a composição e as primeiras medidas do governo Dilma Rousseff demonstraram que ganhamos as eleições, mas não estamos projetando um segundo mandato superior.Cabe ao Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores debater aberta e claramente esta situação e deliberar quais medidas devem ser adotadas pelo Partido.

Cabe ao conjunto da militância petista, especialmente a quem está vinculado as tendências – portanto, com a obrigação de fazer uma reflexão organizada sobre os grandes temas do programa, da estratégia e da tática – contribuir para o debate da direção partidária.

É o que temos buscado fazer. E por isso publicamos a seguir o anteprojeto de resolução (portanto ainda sujeito a alterações) que a tendência petista Articulação de Esquerda submeterá ao debate no Diretório Nacional do PT.

*

1.No dia 10 de fevereiro de 1980, fundamos o Partido dos Trabalhadores. 35 anos depois, nossa militância continua firme na luta por ampliar os direitos sociais do povo brasileiro, por aprofundar a democracia, por defender nossa soberania, por construir um desenvolvimento ambientalmente sustentável. Seguimos na defesa dos direitos humanos, combatendo o racismo, a homofobia, o machismo, a intolerância política e religiosa, o preconceito geracional. Aprendemos a valorizar cada vez mais o internacionalismo, em especial a integração latino-americana e caribenha. Continuamos acreditando que cada um de nossos objetivos e todos eles reunidos encontrarão plena vigência nos marcos de uma sociedade socialista. E, principalmente, reafirmamos uma ideia quase bicentenária, mas sempre jovem: que a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores. E trabalhadoras!!!

2.Ao longo destes 35 anos, sofremos derrotas e vitórias, perdemos ilusões e ganhamos experiências, dissemos adeus para muita gente querida e recebemos a seiva de milhões de homens e mulheres. Prova disto é estarmos realizando esta reunião no estado de Minas Gerais, governada desde o dia 1 de janeiro pelo companheiro Fernando Pimentel, em nome de quem saudamos cada mineiro e cada mineira que contribuiu com sua militância e seu voto não apenas para libertar este estado, mas também para reeleger a presidenta Dilma Rousseff.

3.Ainda que nos orgulhemos de nossa trajetória, não somos nem pretendemos ser aquele tipo de partido que tem um grande passado pela frente. Assim, neste momento em que comemoramos 35 anos de vida e luta, nossas atenções estão dedicadas aos desafios do momento e do futuro.

4.O cenário internacional continua marcado por uma profunda crise, de múltiplas dimensões: econômica, social, política e com preocupantes desdobramentos militares. As receitas neoliberais, as pretensões imperiais dos Estados Unidos e a tecnocracia que governa a União Europeia são desmoralizadas reiteradamente. Mas o velho regime não aceita sua substituição por uma nova ordem e luta por recuperar sua hegemonia.

5.O Brasil é parte fundamental na construção de uma alternativa de desenvolvimento em escala planetária, tanto para substituir o regime neoliberal, quanto para retomar o projeto socialista. Por isto, os conflitos que travamos com a oposição de direita – por exemplo, em defesa da Petrobrás – só podem ser compreendidos adequadamente quando levamos em consideração este cenário global. Nesta mesma perspectiva devem ser entendidos os movimentos que o governo brasileiro faz, por exemplo junto aos BRICs, a Celac e a Unasul. O mesmo vale para a ação internacional de nosso Partido, especialmente junto aos partidos amigos do Foro de São Paulo. Aproveitamos para saudar o heroísmo do povo e do governo cubanos, por sua resistência que começa a desmontar

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

Direção Nacional da AE: Adilson Nascimento dos Santos (MS), Adriana Miranda (DF), Adriano Oliveira (RS), Aila Marques (CE), Ana Afonso (RS), Ana Lúcia (SE), Ana Rita (ES), Beto Aguiar (RS), Bruno Elias (DF), Damarci Olivi (MS), Daniela Matos (MG), Denise Cerqueira Vieira (TO), Denize Silva de Oliveira (MS), Dionilso Marcon (RS), Edma Walker (SP), Eduardo Loureiro (GO), Emílio Font (ES), Expedito Solaney (PE), Fabiana Malheiros (ES), Fabiana Rocha (ES), Iole Iliada (SP), Iriny Lopes (ES), Isaias Dias (SP), Jandyra Uehara (SP), Janeth Anne de Almeida (SC), Joel Almeida (SE), Jonatas Moreth (DF), José Gilderlei (RN), Laudicéia Schuaba (ES), Leyse Souza Cruz (ES), Lício Lobo (SP), Lúcia Maria Barroso Vieira (SE), Marcel Frison (RS), Marcelo Mascarenha (PI), Marco Aurélio Moreira Rocha (MG), Mario Candido (PR), Múcio Magalhães (PE), Olavo Carneiro (RJ), Pere Petit (PA), Rafael Tomyama (CE), Raquel Esteves (PE), Rosana Ramos (DF), Rafael Pops (DF), Rubens Alves (MS), Sílvia de Lemos Vasques (RS), Sonia Hypólito (DF), Teresinha Fernandes (MA), Ubiratan Félix (BA), Valter Pomar (SP). **Comissão de ética nacional:** Eleandra Raquel Koch (RS), Rodrigo César (SP) e Wagner Lino (SP).

Edição: Valter Pomar e Adriana Miranda **Diagramação**: Cláudio Gonzalez (Mtb 28961) **Secretaria Gráfica e Assinaturas:** Edma Walker edmawalker@gmail.com

Endereço para correspondência: R. Silveira Martins, 147 conj. 11 - Centro - São Paulo - SP - CEP 01019-000 **Acesse:** www.pagina13.org.br

o bloqueio; o companheiro presidente Evo Morales, que recentemente iniciou seu novo mandato presidencial; e Alexis Tsipras, do Syriza, a quem desejamos pleno êxito em sua batalha contra as políticas de austeridade fiscal que vem desmantelando o Estado de Bem Estar social europeu.

6.Tendo como pano de fundo a crise internacional, o cenário brasileiro não é menos complexo. Ainda em novembro e dezembro de 2014, o Diretório Nacional do PT aprovou um balanço inicial do processo eleitoral, cujas linhas gerais reafirmamos. A reeleição da presidenta Dilma Rousseff foi uma grande vitória do povo brasileiro, que impediu o retrocesso. Entretanto, setores da oposição de direita, do oligopólio da mídia e do grande capital seguem em campanha para impor o programa derrotado nas urnas, através da sabotagem, das ameaças de interdição e da antecipação das eleições de 2016 e 2018.

7.Os objetivos desta oposição de direita são claros: submeter o país à hegemonia daquelas políticas fracassadas nos EUA e na Europa; reverter as políticas de natureza democrática e popular adotadas desde 2003; impedir a realização de reformas estruturais; e inviabilizar o conjunto da esquerda brasileira. É preciso ter claro que a criminalização da política e do Partido dos Trabalhadores está à serviço de uma política que ameaça o conjunto das liberdades democráticas e dos direitos sociais alcançados pelo povo brasileiro. O PT não permitirá que prosperem as ameaças feitas contra estas conquistas civilizatórias, que vão do seguro desemprego ao Sistema Único de Saúde, onde a Constituição veta a presença do capital estrangeiro.

8.A ação desenvolvida pelo governo Dilma Rousseff, por nossos governos estaduais e municipais, por nossos parlamentares em âmbito federal, estadual e municipal, por nossa militância nos movimentos sociais, pelos trabalhadores da arte, da cultura e da comunicação que compartilham nosso projeto, deve levar em conta este quadro complexo, em âmbito nacional e internacional.

Da parte do Diretório Nacional do PT, priorizaremos:

8.1.A defesa do governo – inclusive a Petrobrás e o Pré-Sal -- contra os ataques da oposição de direita;

8.2.A criação de uma articulação permanente do conjunto das forças políticas, sociais e culturais que construíram a nossa vitória no segundo turno das eleições de 2014;

8.3.A campanha pela reforma política e pela lei da mídia democrática;

8.4.O engajamento nas mobilizações sociais, a exemplo da jornada convocada pela CUT e centrais sindicais para fevereiro de 2015, bem como a construção do 8 de março;

8.5.A preparação para as eleições 2016;

8.6.A realização do 5º Congresso do Partido dos Trabalhadores, como um espaço de debate do nosso projeto estratégico socialista, com destaque para as reformas estruturais (como as reforma agrária, urbana e tributária).

9.O Diretório Nacional do PT considera que uma das condições de êxito de nosso projeto é a retomada do crescimento econômico, com ênfase no fortalecimento da capacidade industrial do Brasil. A história demonstra que, nos momentos de crise como os que vivemos, é o Estado que deve tomar a iniciativa de comandar o processo de manutenção e ampliação dos investimentos necessários. Motivo pelo qual reafirmamos nossa defesa do caráter público da Caixa Econômica Federal e nossa pressão por uma redução expressiva da taxa de juros.

10.Nos últimos anos, o governo brasileiro esforçou-se para impedir que o impacto da crise internacional atingisse os setores populares. Isto teve um alto custo fiscal, criando dificuldades orçamentárias neste início do segundo mandato Dilma Rousseff. O Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores entende que estas dificuldades fiscais devem ser enfrentadas, principalmente, através do imposto sobre as grandes fortunas e demais medidas tributárias que façam os ricos deste país pagarem a conta necessária para superar a crise e retomar o crescimento.

11.Neste sentido, coerente com o compromisso firmado pela presidenta Dilma Rousseff durante a campanha eleitoral, de manutenção dos direitos sociais e trabalhistas, o Diretório Nacional opina que o Governo deve substituir as MPs 664 e 665 por outras que equacionem a situação fiscal através de medidas que afetem os ricos, a exemplo do imposto sobre as grandes fortuna, revisão de subsídios e isenções, alterações no imposto de renda, bem como a redução da taxa de juros.

12.O resultado da eleição da presidência da Câmara dos Deputados confirma a predominância do conservadorismo e do fisiologismo entre os parlamentares eleitos em 2014. A vantagem obtida por Eduardo Cunha, vitorioso no primeiro turno com 267 dos 513 deputados, demonstra a necessidade de outro tipo de governabilidade, que não se iluda com a chamada "base do governo". Demonstra, também, que temas como a reforma política, a lei da mídia democrática, a punição dos crimes da ditadura militar, o combate à corrupção e mesmo a cassação do deputado Jair Bolsonaro só terão chance de êxito se houver intensa pressão social. Neste contexto, fez muito bem a bancada do PT em lançar a candidatura de Arlindo Chinaglia, inclusive por demonstrar quem efetivamente combate as práticas fisiológicas e corruptas.

13.O Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores conclui sua reunião conclamando o conjunto da militância a engajar-se nos debates do 5º Congresso. O PT só ganha sentido se ele for expressão de suas bases. São elas que devem ser ouvidas e decidir os rumos do nosso Partido. Foram estas bases que, em momentos recentes ou antigos, construíram saídas para situações que, vistas a partir da direção, pareciam sem solução. Por confiar nestas bases, estamos seguros de que vamos superar as grandes ameaças da presente conjuntura e ter um grande futuro pela frente, contribuindo para construção de um Brasil democrático, popular e socialista.

*

Esta é a primeira edição do jornal *Página 13* no ano de 2015. Nela, concluímos a publicação de textos acerca do balanço das eleições 2014; continuamos analisando os novos governos estaduais e começamos a falar das eleições 2016; fazemos a discussão sobre os rumos do governo Dilma; apontamos algumas questões acerca da mobilização social; e fazemos uma homenagem ao companheiro Cláudio Vereza, pelo que ele fez, pelo que faz e pelo que fará em favor de uma sociedade sem exploração nem opressão. ★

Um ano para ficar na história do Maranhão

*Carlito Reis**

O ano foi convulsivo para o PT do Maranhão. Foi o único estado do Brasil em que o partido ficou fora de todos dos prazos previstos devido a uma enxurrada de denúncias, sem comando legal e sujeito a nova intervenção por parte da direção nacional. Iniciou o calendário eleitoral de 2014 indefinido e sem credibilidade. No PED estadual tínhamos 3 candidaturas, sendo 2 da CNB e 1 da Resistência Petista. O debate girou em torno de disputar com candidatura própria o governo do Estado, continuar a aliança com Sarney ou apoiar Flávio Dino (PCdoB) na perspectiva real de vitória e conquista de um governo popular.

O PT vinha perdendo militantes importantes, enfraquecendo e trazendo desânimo para o campo de esquerda. Nomes como os de Franklin Douglas (hoje no Psol), o dep. federal Domingos Dutra (hoje no SDD), Silvio Bembem (Rede/Marina), o dep. estadual Bira do Pindaré (PSB), Joãozinho Ribeiro (PCdoB) etc. É nesse quadro que, em memorável reunião do dia 20 de março, na sede da União Estadual por Moradia Popular, a Resistência Petista reafirma a necessidade de reconstruir o PT, resgatar sua história de luta e derrubar a oligarquia de uma vez por todas, apoiando Flávio Dino governador. Contribui assim para fortalecer um polo de esquerda na campanha, colando o nome de Flávio ao de Dilma e isolando o PT oficial (de Washington e Monteiro). Por todo esse processo, a corrente Articulação de Esquerda se fortaleceu, ganhou novos militantes e foi peça importante para levar a Resistência Petista (e por extensão a maioria petista no estado) a firmar uma posição pró-Flávio.

Três candidaturas ao PED expressaram 3 propostas, uma das quais, liderada pelo dep. estadual Zé Carlos, pregou a candidatura própria, mas não esboçava reação de ruptura com a oligarquia Sarney. A Resistência entendeu que tal saída, na prática, não teria condições de sustentação, e resultaria em maior fragilização e isolamento do

PT, já que o partido estava politicamente em frangalhos, sem possibilidades mínimas de autossustentabilidade política saindo sozinho, enquanto o grupo pró-Sarney já estava em campanha aberta. Assim, e sabendo-se que a direção nacional já havia antecipadamente enquadrado o Encontro de Tática, que deveria tão somente referendar a posição de apoio ao candidato Edinho Lobão (PMDB), mais uma vez ignorando as instâncias partidárias no âmbito do estado; a Resistência, em ato de rebelião, não participa do Encontro e se engaja na campanha Dilma presidente-Flávio governador. Com isso, indicou para a sociedade que parte significativa (que acabou por se mostrar maioria na base militante) não se coadunava com os resultados de 50 anos de oligarquia no Maranhão, a saber, os piores indicadores socioeconômicos do Brasil. Assim, o que eram 3 resumiu-se a 2 caminhos polarizados: o oficial, com o grupo Sarney, e o da Resistência e a retumbante vitória de Flávio logo no primeiro turno.

O que era Resistência Petista tornou-se Militância Petista, um campo ainda mais amplo que, além de contribuir para a vitória de outubro, tem o papel decisivo de construir um novo direcionamento para o PT do Maranhão.

Passada a fase festiva da vitória, Flávio foi compondo sua equipe e os nomes foram surgindo a tuitadas diárias com repercussão na mídia local. Neste cenário, a Resistência se organiza e monta uma comissão de intermediação, tendo 2 de seus membros indicados para compor o novo governo: Francisco Gonçalves (Sec. de Direitos Humanos e Participação Social) e Márcio Jardim (Sec. de Esportes). Assim, um partido em frangalhos no início de 2014 volta a ter um horizonte no início de 2015, na perspectiva de contribuir para o avanço e verdadeiro progresso do Estado do Maranhão. Progresso que só faz sentido se o desenvolvimento que se busca for expresso na melhoria da qualidade de vida da maioria do povo trabalhador deste estado. É a batalha por um IDH digno.★

---

* **Carlito Reis** é membro da Coordenação da União por Moradia Popular do Maranhão, da Coordenação Nacional da CMP e militante da Articulação de Esquerda/PT-MA

O trem descarrilhou no Pantanal

*Adilson Nascimento dos Santos e Sergio Souza Júnior **

O PT do Mato Grosso do Sul colheu derrotas políticas e eleitorais em 2014. Fomos derrotados pelos tucanos em segundo turno, tanto na eleição para a presidência da república quanto para o governo estadual. Também fomos derrotados pelo PMDB na disputa pela vaga ao Senado. Nas eleições proporcionais, conseguimos manter 02 deputados federais e 04 deputados estaduais. Portanto, do ponto de vista eleitoral, não alcançamos o objetivo nas 03 eleições majoritárias e não conseguimos ampliar as bancadas do PT.

O candidato do PT ao Governo Estadual, senador Delcídio do Amaral, alcançou 44,66% dos votos válidos no 2º turno, sendo derrotado pelo tucano Reinaldo Azambuja que obteve 55,34% dos votos. Na disputa presidencial, Dilma alcançou 43,67% e Aécio Neves 53,33%. Concorrendo a uma vaga no senado, nosso candidato Ricardo Ayache ficou em segundo lugar e obteve 23,09% dos votos, contra 52,61% de Simone Tebet (PMDB) e 16,78% de Alcides Bernal (PP).

Para a Câmara de Deputados, nossa chapa alcançou 35,60% dos votos e conquistou 03 das 08 vagas em disputa. Pelo PT foram eleitos Vander Loubet (reeleito) e o ex-governador Zeca do PT (eleito com uma votação expressiva de mais de 160 mil votos). Pelo PDT foi eleito Dagoberto Nogueira. Na disputa pelas vagas na Assembleia Legislativa conquistamos 22,56% dos votos possibilitando ocupar 06 cadeiras das 24 em disputa, sendo 04 delas preenchidas por petistas e entre eles, o companheiro da AE, Pedro Kemp.

A derrota também foi política e isto gera um fato complicador para o petismo sul-mato-grossense. Em uma eleição marcada pelo signo da mudança, os tucanos encarnaram esse sentimento junto à maioria do eleitorado. Sobre a base de ideias genéricas de diálogo e transparência, anunciaram ser a mudança de verdade. Com essas ideias-força, se diferenciaram concomitantemente dos governos estadual e federal e dos adversários colocando-os como candidatos de situação. Em uma frente demarcaram com os peemedebistas com críticas ao governo estadual (que ajudaram a eleger e reeleger) relacionando a precariedade dos serviços públicos com os problemas enfrentados pela população mais pobre. Noutra frente demarcaram com o PT e o Governo Federal relacionando baixo nível de investimentos em saúde, segurança e infraestrutura no MS com investimentos "bolivarianos" em Cuba e Bolívia e com desvios da corrupção. O discurso de TV encaixava e alimentava sua base conservadora de classe média/alta a impulsionar o "Fora Dilma", o discurso antipetista da corrupção e do caos, "contra tudo o que está aí".

Com essa estratégia a candidatura tucana, representante orgânica do latifúndio sul-mato-grossense, hegemonizou a votação nas classes média e alta, superando o PMDB. E conseguiu que o movimento transbordasse para os segmentos médios e populares onde o PT tinha mais força eleitoral.

Outro aspecto da estratégia vitoriosa tucana foi o que podemos chamar de "ocupação do terreno de batalha". Nesse aspecto os tucanos organizaram, desde 2013, eventos de debate sobre os problemas e soluções do estado. Assim, realizavam articulações locais, contatos com a população e revestiam seu candidato com o verniz de "novo", democrático, moderno, sensível aos problemas do povo. Já no período eleitoral a candidatura tucana priorizou os maiores colégios eleitorais e nos impôs acachapantes derrotas. Exemplos disso foram os municípios de Campo Grande (capital) e Dourados, onde obteve respectivamente 64% e 60% dos votos válidos.

A vitória tucana e a nossa derrota política e eleitoral, podem ser consideradas ainda mais significativas se tivermos em conta que o PT já governou o estado por 08 anos, que nosso candidato era um senador de segundo mandato, que já havia disputado o governo estadual e que anunciou sua candidatura desde 2010. Agregue-se que

Delcidio do Amaral: baixos teores de PT

liderava todas as pesquisas eleitorais, com mais 60% das intenções de voto, um ano antes do pleito de 2014 e que o senso comum pré-eleitoral o apontava como futuro governador do estado.

O Partido, refém da estratégia de conciliação de classes, cego pelas pesquisas de intenção de votos, subjugado pela força econômica dos mandatos, refém do rebaixamento programático, permitiu a construção da candidatura ao próprio candidato e sua equipe. O nosso postulante ao cargo de Governador, o "Senador de todos", guiado pela estratégia geral conciliadora, por sua trajetória fincada na classe dominante, apresentou-se como estando acima das disputas "ideológicas".

Campanha *light*

À luz dessa estratégia a maioria do PT, sob a liderança de Delcídio, desencadeou a partir de 2010 a construção de alianças com todos os partidos e lideranças que sinalizassem apoio à nossa candidatura ao governo estadual (que se pretendia única) – do PCdoB ao DEM, passando pelo PMDB e PSDB. Ainda em 2013, nosso Pré-Candidato procurou abertamente articular a aliança com os tucanos na chapa majoritária na vaga do Senado, colocando Reinaldo Azambuja cada vez mais em evidência. Em busca de apoio utilizou fartamente o instrumento da distribuição de emendas

parlamentares e o apoio público aos "novos aliados" nas eleições de 2012 (inclusive em detrimento do PT).

A campanha *light* comandada por pessoal "profissional" estranho e avesso ao PT adotou a péssima tática de esconder a nossa sigla, o novo vermelho e pior, a nossa candidata à Presidência da República, facilitando os ataques dos adversários. Apesar de alguns esforços, o programa de governo não conseguiu envolver o Partido pra valer em sua formulação e o programa de TV não aprofundavam nossas pautas históricas se tornando superficiais e até conservadores.

A impressão que tínhamos, era de que a campanha presidencial do PT disputava a opinião dos brasileiros, enquanto a nossa candidatura estadual disputava a "ilha" Mato Grosso do Sul, tal o descolamento. Além disso, o viés personalista do candidato, apresentava uma figura endeusada, com fortes traços aristocráticos e/ou tecnocráticos, distante do povo.

Quanto ao PT, as instâncias foram esvaziadas e as decisões eram tomadas através de reuniões dos detentores de mandatos parlamentares. Os resultados eleitorais e políticos não deixam margem para dúvidas quanto ao equívoco da estratégia de conciliação de classes. Resta saber se o PT sul-mato-grossense conseguirá fazer o giro necessário para acumular forças enfrentando a classe dominante e seu projeto conservador, ao mesmo tempo alterando a dinâmica interna.

Nesse contexto, nós da AE pelo menos conseguimos reeleger o deputado estadual Pedro Kemp e alcançamos votação expressiva para o companheiro Nivaldo, alcançando os objetivos eleitorais. Do ponto de vista político, entretanto, tivemos espaços muito reduzidos. Sem candidatura majoritária, sem candidatura planejada para Câmara dos Deputados, sem participação na coordenação de campanha, restou o esforço articulado pelo nosso vice-presidente de tentar inserir os Diretórios Municipais e a militância na campanha de rua e contribuir na organização da campanha da Presidenta Dilma, onde a corrente teve papel de destaque.

Para nós, ao PT de Mato Grosso do Sul caberá, desde já, ocupar de fato o papel de oposição política e social ao governo tucano, cujo perfil conservador se manifesta desde as primeiras medidas. Também temos o desafio de promover a reorganização do PT, fortalecer sua democracia interna, reaproximar a política partidária com os movimentos sindicais e sociais, com a juventude, reconstruir uma base na intelectualidade progressista e segmentos médios.

Enfim, o trem petista descarrilou, mas não tombou. Enfrentar o projeto conservador e promover uma perspectiva de futuro ao petismo depende de adotar outra estratégia que mantenha nosso Partido, como pólo alternativo de poder no estado.★

***Adilson dos Santos** é agrônomo, membro do Diretório Municipal PT Campo Grande, integra as direções Nacional e Estadual da AE.

****Sérgio Souza Júnior** é membro do Diretório Estadual do PT-MS e da Direção Estadual da AE.

A campanha em Sergipe

*Paulo Victor Melo**

As eleições de outubro passado começaram já desafiadoras para o Partido dos Trabalhadores em Sergipe, por dois fatores fundamentais: foi a primeira disputa eleitoral do partido sem a presença de sua principal liderança pública histórica, Marcelo Déda, e foi primeira eleição desde 2002 em que o PT não teve candidatura ao Executivo estadual.

Frente a esses dois elementos novos, o conjunto da militância petista teve maturidade política e se empenhou na construção da candidatura de Jackson Barreto (PMDB) ao Palácio dos Despachos.

A disposição do PT em todos os 75 municípios do estado se justificava por dois motivos: primeiro Jackson era então quem estava à frente da execução do programa de centro-esquerda em Sergipe, iniciado na primeira gestão de Déda, em 2007.

Segundo, do outro lado disputava o comando do Estado uma articulação de setores da direita sergipana: irmãos Amorim, família Alves, família Franco e emissoras de rádio e televisão dos grupos Ilha, Sergipe e Atalaia.

A síntese da disputa em Sergipe foi, portanto, semelhante à disputa presidencial: impedir o retorno da direita e do retrocesso e tentar avançar no projeto em andamento, buscando um governo ainda mais identificado com as causas democráticas e populares.

Mas a eleição esteve polarizada não apenas no Executivo. Demonstrando sua força política junto às legendas do bloco governista, o PT – após um intenso processo de eleições internas, que teve como resultado a constituição de um pacto político que possibilitou uma nova hegemonia partidária – apresentou ao conjunto da sociedade sergipana uma opção para ocupar uma das cadeiras do Senado: Rogério Carvalho, deputado federal relator do Programa Mais Médicos, atual presidente do partido no estado.

Enfrentando uma candidata sustentada numa poderosa articulação de interesses políticos e econômicos construídos há décadas, a campanha de Rogério Carvalho foi ganhando musculatura e, em três meses, saltou de 7% nas pesquisas para 45% dos votos nas urnas. Pesquisas que, cabe frisar, assim como colunistas políticos e jornalistas da grande imprensa, por meio de editorias e artigos, atuaram dia e noite contra a candidatura petista.

Com a candidatura de Rogério Carvalho ao Senado, o PT consolidou uma nova liderança com capacidade de representar o partido nas disputas eleitorais de 2018

Abertas as urnas em todo o estado, o resultado mostrou que, da mesma forma que começaram, as eleições terminaram também desafiadoras para o PT Sergipe.

Comecemos pela avaliação sobre o Senado. Sergipe perdeu a oportunidade de ter uma oxigenação na sua representatividade em Brasília, ao não eleger Rogério Carvalho, mas o resultado aponta boas perspectivas políticas para o PT. Rogério atingiu uma votação que não estava na conta dos seus adversários (coligação da direita, imprensa e institutos de pesquisa) e teve mais votos que o candidato da direita ao Governo do Estado. Com isso, não há dúvidas: o PT consolidou uma nova liderança com capacidade de representar o partido nas disputas eleitorais de 2018.

No que diz respeito ao Governo, o cenário é também desafiador. Logo após eleito, a principal medida de Jackson Barreto foi uma reforma administrativa que tem como eixo central a possibilidade de retirada ou flexibilização de direitos trabalhistas (a este respeito, ler artigo de Tadeu Brito, neste mesma edição de Página 13).

Cabe ao PT, que tem em sua base política e social um conjunto de segmentos do funcionalismo público, reafirmar o seu compromisso com os movimentos sindicais e sociais no sentido de garantir que os trabalhadores não sejam penalizados. Essa tensão, inclusive, muito provavelmente será uma marca dos quatro anos de Jackson, afinal nunca é demais lembrar que há também na base do governo setores conservadores da política sergipana.

Nas eleições proporcionais, o PT perdeu metade da sua presença tanto na Assembleia Legislativa quanto na Câmara dos Deputados. No parlamento estadual, eram quatro os deputados, agora serão apenas dois. Em Brasília, a partir de 2015, será apenas um e não mais dois. Os deputados petistas eleitos para a Alese e para a Câmara têm forte relação com o movimento social, sindical, popular, cultural e com a juventude de Sergipe. É por esses mandatos, portanto, que o partido pode retomar a exitosa aliança que se constituiu em Aracaju e no interior em torno da campanha de Dilma no segundo turno.

Essa articulação com as forças vivas da sociedade, a partir de um fórum unitário de lutas, deve fazer parte da série de medidas necessárias ao fortalecimento do PT no estado. Além disso, a priorização da formação política de sua militância, a adoção de uma política de comunicação própria, uma campanha de filiação de militantes que se aproximaram do partido durante as eleições e o estímulo ao funcionamento dos diretórios municipais e dos setoriais são outras iniciativas que devem ter como objetivos a disputa para a Prefeitura de Aracaju em 2016, para o Governo do Estado em 2018, mas, acima de tudo, o fortalecimento da esquerda política, social e popular em Sergipe. As oportunidades estão colocadas.★

---

* **Paulo Victor Melo** é jornalista e militante do Partido dos Trabalhadores em Sergipe. Texto elaborado a partir das reflexões e debates feitos pela Direção Estadual da Articulação de Esquerda, instância que o autor do texto integra

Disputa para Câmara Federal fortalece AE

*Iran Barbosa**

Para fazermos uma análise dos resultados da eleição à Câmara Federal, em Sergipe, encerrada em 6 de outubro, temos que iniciar agradecendo o empenho da militância que se integrou na campanha eleitoral e que levou a nossa candidatura petista da Articulação de Esquerda a obter 36.966 votos em todo o estado.

A votação demonstra que ainda é possível fazer política de forma militante. Obtivemos esse resultado com o apoio de cada cidadão e cidadã que acreditou em nosso projeto, em nossas propostas e em nosso jeito de fazer mandato parlamentar e que, por isso, multiplicou seu voto, fazendo campanha por um ideal, por um projeto político, sem receber favores pessoais em troca.

Nestas eleições enfrentamos, mais uma vez, grandes dificuldades, algumas já conhecidas e outras novas. Enfrentamos uma disputa para ocupar apenas oito vagas de representação na Câmara Federal; adversários com fortes estruturas econômicas e materiais de campanha; com amplo apoio dos representantes do poder econômico; com forte apelo de tradição hereditária e familiar na política e com preferência e priorização por parte das cúpulas partidárias.

Tudo isso faz a disputa eleitoral se transformar, cada vez mais, em uma disputa acirrada, injusta e desigual para aqueles que não contam com esse tipo de apoio. Além disso, enfrentamos disputas internas e a descrença da população na política e nos políticos, altamente estimulada pela grande mídia.

Apesar de tudo, não nos deixamos abater diante das dificuldades apresentadas. Enfrentamos a disputa de cabeça erguida e sem vacilar nas nossas convicções, pois apresentamos uma candidatura a deputado federal que não representou um anseio pessoal. Ela representou o desejo e a vontade de muitos companheiros e companheiras e de uma significativa parcela da população sergipana que almeja ver um Congresso Nacional com visão social, humanista e com um mandato que represente, verdadeiramente, a classe trabalhadora.

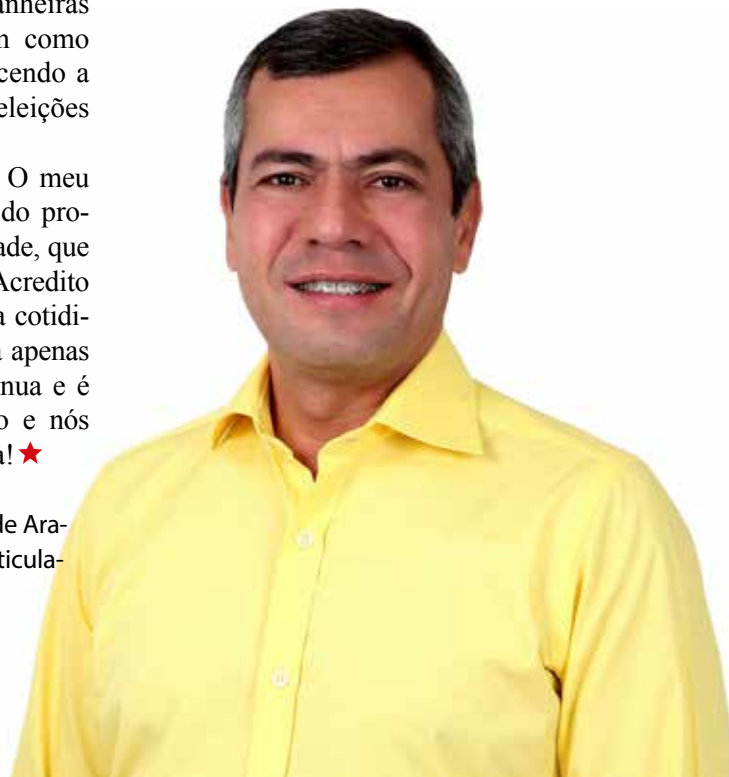
Saímos desse processo com uma boa votação. Mantivemos a terceira suplência, mesmo estando em uma coligação muito forte. Ficamos mais uma vez, na 11ª colocação geral na disputa para a Câmara Federal; sendo que, entre os candidatos do PT, em Aracaju, nossa candidatura, que representou a Articulação de Esquerda, foi a mais bem aceita, com 16.347 votos, mais de 9 mil votos à frente do segundo colocado do nosso Partido.

Disputamos e ficamos à frente de candidaturas de peso no cenário político da Capital, pelo histórico de disputas recentes para o Executivo Municipal, como é o caso de Valadares Filho (PSB), que nas eleições de 2012 foi candidato a Prefeito de Aracaju. No resultado geral do Estado, obtivemos uma votação superior àquela obtida por Edvaldo Nogueira (PCdoB), ex-prefeito da capital.

Além disso, tivemos crescimento eleitoral em 29 cidades, chegando a dobrar a votação obtida nas eleições de 2010 em algumas delas. Em alguns desses municípios, a nossa candidatura conseguiu disputar, em pé de igualdade, com os candidatos apoiados pelas lideranças e prefeitos locais, graças à capacidade político-eleitoral de companheiros e companheiras que, em suas cidades, despontam como quadros políticos de peso, fortalecendo a nossa capacidade de disputa nas eleições municipais futuras.

Temos que seguir em frente. O meu nome sempre estará à disposição do projeto de transformação dessa sociedade, que continua sendo desigual e injusta. Acredito nessa militância que constrói a luta cotidiana e que não faz da nossa batalha apenas uma disputa eleitoral. A luta continua e é permanente! Outras batalhas virão e nós seremos os artífices da nossa vitória! ★

***Iran Barbosa** é professor, vereador de Aracaju pelo PT Aracaju e militante da Articulação de Esquerda

Saímos desse processo com uma boa votação. Mantivemos a terceira suplência, mesmo estando em uma coligação muito forte. Ficamos mais uma vez, na 11ª colocação geral na disputa para a Câmara Federal; sendo que, entre os candidatos do PT, em Aracaju, nossa candidatura, que representou a Articulação de Esquerda, foi a mais bem aceita, com 16.347 votos, mais de 9 mil votos à frente do segundo colocado do nosso Partido.

Ana Lúcia: vitória da coletividade e da boa política

*Paulo Victor Melo**

Ana Lúcia, deputada estadual reeleita pelo PT em Sergipe

Quando as urnas foram abertas em Sergipe, no pleito eleitoral de 5 de outubro, os 26.334 votos recebidos pela deputada estadual Ana Lúcia - que lhe garantiram a reeleição - demonstraram que a boa e justa política em nome da coletividade é reconhecida e reivindicada pela sociedade.

Durante 90 dias, Sergipe testemunhou uma intensa e vibrante campanha militante nas ruas e nas redes. Foram panfletagens, colagens de adesivos, carreatas, caminhadas e outras atividades no corpo a corpo, no face a face. Ações que refletiram uma concepção de campanha eleitoral, expressaram um método de se fazer política e materializaram uma aposta no bom debate. A cada ida aos semáforos, a cada visita às feiras e praças da capital e das cidades do interior, a cada entrega de materiais nas portas das universidades e faculdades, Ana Lúcia recebia manifestações de apoio de homens e mulheres, de todas as idades, que veem nela um exemplo do que é a política e que não têm medo de afirmar: "Ana Lúcia me representa".

Numa realidade de campanhas cada vez mais caras e marcadas mais pelo espetáculo do que pelos conteúdos, a campanha de Ana Lúcia foi na contramão e apresentou, nos programas de TV e rádio, nas redes sociais e nos materiais impressos, propostas concretas. E as propostas foram apresentadas, ao mesmo tempo, com leveza e convicção, afinal, como deputada, Ana Lúcia já fez muito, continua a fazer muito e vai permanecer fazendo muito mais nos próximos quatro anos. Por isso, em bairros e casas por todos os cantos de Aracaju e dos municípios do interior, o 13900 – número de campanha de Ana Lúcia – era visto e ouvido com frequência.

Por diversas vezes durante a campanha eleitoral, a militância social e popular envolvida na campanha de Ana Lúcia se perguntava: "o que seria dos professores e professoras sem Ana Lúcia na Assembleia Legislativa?", "quem ecoaria a voz das comunidades quilombolas no Parlamento estadual se não Ana Lúcia?", "quem dialogaria com os trabalhadores e trabalhadoras quando esses precisassem de apoio para aprovação de projetos no Legislativo?".

Mais que meras perguntas ou preocupações retóricas, esses questionamentos traziam uma realidade objetiva: o mandato de Ana Lúcia é, desde o primeiro dia, um instrumento em defesa da igualdade, da justiça social, dos direitos da classe trabalhadora e da garantia dos direitos humanos. E esse compromisso com a sociedade se reflete no seu trabalho à frente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, no Calçadão Popular (projeto de seu mandato que debate temas de interesse público por meio da arte e da cultura), das Audiências Públicas e Sessões Especiais que convoca, das homenagens e premiações que confere a personalidades públicas e do apoio que concede a organizações sociais e populares.

Ainda assim, se engana quem pensa que disputar uma eleição do alto dos seus 65 anos - quando a lógica capitalista tenta nos dizer que o espaço público não é para mulheres nem para idosas - foi tarefa fácil para Ana Lúcia. Vencer, muito menos. Ana Lúcia compunha uma coligação em que diversas outras candidaturas tinham a forte presença do poder econômico nas campanhas e que, pela composição, necessitariam de mais votos. Vejamos: enquanto a coligação "Vitória Popular" elegeu um deputado com pouco mais de 14 mil votos e a coligação "Digo sim a Sergipe" elegeu um parlamentar com aproximadamente 20 mil votos, o último eleito pela coligação do PT, "Agora é a vez de Sergipe", precisou de mais de 25 mil votos para garantir a vaga na Assembleia Legislativa.

Mas Ana Lúcia venceu. A resposta da população foi reelegê-la, como a deputada mais votada do PT, a única do partido eleita com quociente próprio, e com quase sete mil votos a mais que em 2010. Uma prova viva de que é possível, sim, fazer política com coerência, honestidade e compromisso com a transformação social. E a vitória de Ana Lúcia é, sem dúvidas, uma vitória dos quilombolas, da juventude, das mulheres, dos artistas e produtores culturais, dos trabalhadores e trabalhadoras da educação, da assistência social e de tantas outras categorias profissionais e militantes sindicais e sociais que partilham lutas e sonhos e que têm o seu mandato como um instrumento dos seus anseios e direitos. ★

---

* **Paulo Victor Melo** é jornalista e militante do Partido dos Trabalhadores

O governo de Jackson Barreto

*Tadeu Brito**

Definido o 1º escalão do Secretariado do novo Governo de Sergipe, sob liderança de Jackson Barreto (PMDB), fica evidente que a "coalizão mudancista", responsável pelas vitórias de Marcelo Déda (PT) para a Prefeitura, em 2000 e 2004, e para o Governo do Estado, em 2006 e 2010, caminha a passos firmes para transformar-se num campo "centrista", com sólidas extensões à direita e com pouca sustentação pela esquerda.

Passo firme desse trajeto foi a aprovação, no final do ano passado, da Reforma Administrativa proposta pelo Executivo Estadual. A medida, que retira direitos trabalhistas, foi combatida pelo movimento sindical, mas foi aprovada na Assembleia Legislativa por ampla maioria, contando, inclusive, com o apoio da oposição, que, diga-se de passagem, foi corretamente denominada por Jackson como "a união dos ricos e poderosos" nas ultimas eleições.

Dos parlamentares do PT, Ana Lucia e João Daniel, votaram contra a medida que retirava direitos. Já Conceição Vieira votou contrariando deliberação da Executiva Estadual do PT, que decidiu "apoiar a reforma administrativa" desde que "não produza demissão de funcionários" e onde "sejam assegurados os direitos [trabalhistas] dos que já conquistaram".

Importa lembrar que, antes mesmo da resolução da Executiva, o Diretório Estadual do PT fez um apelo publico para que o Governador Jackson ouvisse as centrais sindicais. A reunião aconteceu, mas terminou sem acordo.

Jackson se blindou na composição do Secretariado, colocando seus principais quadros nas principais pastas. Contemplou todos os partidos da coligação, cabendo ao PT a tarefa de dirigir as Secretarias de Meio Ambiente e a de Agricultura e Pesca. Ao PT também caberá ocupar três coordenadorias: Direitos Humanos, Juventude e Mulheres, que estarão abrigadas na Secretaria de Inclusão e Desenvolvimento Social, que deveria ser gerida por Eliane Aquino, viúva de Déda, em mais uma indicação pessoal de Jackson. Acontece, que duas semanas após o anuncio, Eliane informa ao Governador que declinou da decisão por "questões pessoais".

Ainda na cota própria de JB, assume a Secretaria de Segurança Pública o ex-deputado federal Mendonça Prado (DEM).

Esgotamento da estratégia

São grandes os avanços sociais e econômicos realizados pelas quatro gestões de Déda, porém algumas medidas regressivas foram implementadas, a exemplo do fim da carreira do magistério, a extinção do Orçamento Participativo como política de governo e a prioridade pela "governabilidade institucional" em detrimento da construção de uma 'governabilidade social', que só se consolida numa relação politizada e horizontal com a militância de esquerda e os movimentos populares e sociais.

O caráter contraditório da "estratégia mudancista" criou divisões na esquerda e ampliou a força dos aliados de "centro", ao ponto de Déda rifar a pré-candidatura petista de Rogério Carvalho, para apoiar a candidatura do PSB na disputa pela Prefeitura de Aracaju em 2012.

É cada vez mais visível para amplos setores do petismo o esgotamento da "estratégia mudancista", até porque: 1) o DEM comanda a prefeitura de Aracaju. Além de asfaltar as calçadas das praças locais e vender terrenos públicos para a especulação imobiliária, retoma com vigor o sucateamento da máquina publica para justificar sua política de privatização dos serviços públicos essenciais; e 2) no comando do governo estadual, temos o inicio de uma gestão no mínimo contraditória. Sem falar da atuação tímida que alguns "aliados" tiveram na campanha do PT para o Senado em 2014.

Esses e outros fatores nos ajudam a defender que, a partir deste ano, o PT em Sergipe precisa mudar de estratégia e executar uma série de "políticas afirmativas": fortalecimento do partido como alternativa de poder, reaproximação com movimentos sociais, sindicais e de juventude, investimento na formação política da sua militância, política própria de comunicação e cultura – que façam o partido retomar o seu perfil militante e socialista e a sua força social e institucional.

JB: governador novo, política conhecida

Um polo de esquerda no governo

Como perguntar não é ofensa, faço mais: O que quer o PT daqui para a frente? Qual balanço e perspectivas possuem as forças políticas da coalizão governista, em especial, o PMDB?

Precisamos empenhar esforços para buscar resposta para essas e outras questões. Por isso, a militância política e social do petismo e as direções do PT e dos demais partidos e movimentos sociais aliados devem dedicar tempo e disposição para escrever, reunir e debater e disputar posição.

Se não, vejamos. O governo de Dilma é um governo em disputa. O PMDB nacional e o Governo de JB apoiam e disputam o governo federal. Por que não reconhecer que o Governo Jackson está também em disputa?

O papel do PT de Sergipe é ser o polo de esquerda do governo do PMDB. Por isso, é urgente iniciar e incitar o bom debate programático sobre essa "coalizão" da qual fazemos parte.

Homens, mulheres e, também, coletivos e organizações de seu tempo. Nem JB, e muito menos a direita irão se iludir. Eles disputam cada espaço possível. Sergipe representa pouco mais de 1% do PIB e 1% da população brasileira. Uma economia em desenvolvimento, mas ainda muito dependente dos aparelhos de Estado e da presença da Petrobrás. Fica assim outra questão para o PT: qual é mesmo o projeto democrático e popular que temos para o nosso estado? Quem viver verá! ★

***Tadeu Brito** é secretário de Organização do PT de Sergipe

O xadrez de Camilo

Deodato Ramalho e Rafael Tomyama***

Passada a eleição, tem início a gestão de Camilo Santana, o primeiro governador filiado ao PT eleito no Ceará. É sem dúvida muito cedo para um balanço, mas as primeiras movimentações das peças no tabuleiro fornecem algumas indicações quanto às semelhanças e diferenças em relação ao governo anterior e sobre as expectativas em relação ao novo governo.

O agora ex-governador Cid Gomes, a propósito, saiu do cenário local não para empregar-se no BID, como houvera anunciado. Ironicamente, o aliado deixou o governo do Ceará com a universidade estadual imersa numa greve de professores de quatro meses de duração, para compor o Ministério da Educação do segundo governo Dilma. A falta de entendimento com as representações sindicais, os sucessivos descumprimentos de acordos, a ação judicial conjunta com outros governadores para não pagamento do piso da categoria foram marcas de sua gestão nesta área.

En passant

Diferentemente do antecessor, a primeira ação de Camilo no governo foi convidar o sindicato dos professores para dialogar. Ele acenou com o atendimento imediato da reivindicação de concurso público. Em uma semana, a assembleia da categoria resolveu suspender a paralisação. Mesmo atentos ao cumprimento do acordo, a atitude de boa vontade causou impacto entre os docentes.

Da mesma forma, os policiais militares, que viviam as turras com o então gestor maior, tiveram outro tratamento. Capitão Wagner, principal liderança do movimento foi recebido e ouvido com deferência pelo governo. Os irmãos Gomes, além de colecionarem sucessivos números de fracassos na segurança pública, apesar de gastos astronômicos na área, referiam-se na época ao agora deputado estadual oposicionista eleito com estrondosa votação, como "chefe de milícia".

No secretariado, o governo Camilo, como não deixaria de ser, continua forte a influência do cidismo. Em postos-chave há políticos ligados aos Gomes e ao prefeito Roberto Cláudio (PROS), além dos espaços para acomodar as diversas forças políticas que compõem a base aliada que participou ou aderiu na campanha.

A indicação de deputados para as secretarias atendeu ao objetivo de abrir espaço para contemplar suplentes na Assembleia Legislativa.

Inclusive minimizar a pífia votação do PT, recompondo parcialmente a bancada por meio da subida de Rachel Marques (CNB/Ilário). O sexto suplente e também petista, Manoel Santana (CNB/Guimarães) pode vir a assumir caso algum outro parlamentar tire licença.

Garfo

Dentre as indicações de petistas na composição do novo governo, além dos ex-deputados: Artur Bruno (Mensagem), para a secretaria do Meio Ambiente, Dedé Teixeira (CNB/Guimarães) para o Desenvolvimento Agrário e Nelson Martins (CNB/Independente) para a Controladoria e Ouvidoria; chama atenção a escolha de Guilherme Sampaio (Casa Vermelha) para a pasta da Cultura.

A saída do vereador oposicionista em Fortaleza e a entrada do suplente Dr. Vicente (EPS) é percebida como um movimento no tabuleiro da sucessão na capital em 2016. O recém-chegado já se declarou a favor da aproximação com o prefeito, o que vem gerando controvérsia na bancada do PT.

Desde que teve a eleição tomada em 2012, o atual presidente do diretório municipal do PT em Fortaleza e deputado estadual eleito, Elmano de Freitas (Independente/próx. DS), tem estado à frente do partido na linha da oposição. O PT deve lançar candidatura à prefeitura da capital em 2016. Mas certamente, as posições do governador e do secretariado petista vão influir nesta decisão.

Xeque

Diz-se que o ministro da oligarquia Gomes encontra-se de malas prontas para desembarcar na legenda refundada do partido liberal, assim que for criado, o que também diz algo sobre sua trajetória de (despreocupação com) compromissos ideológicos.

Tática que, se espera por seu histórico de vida e familiar, o enxadrista Camilo não pretenda imitar. ★

***Deodato Ramalho** é vereador do PT em Fortaleza

****Rafael Tomyama** é membro do Diretório Estadual do PT-CE

Camilo Santana dialogo com representantes das universidades em greve

Petistas ajudando a oposição de d

Direção do PT-ES coloca o partido como linha auxiliar de construção de um projeto antipetista

Emílio Font*

O tema das alianças partidárias sempre foi objeto de muita polemica no interior do PT. Em linhas gerais podemos dizer que iniciamos com uma política de alianças baseada em princípios, passamos para alianças alicerçadas sobre programa, depois alianças eleitorais e por fim ampliamos o leque para o universo difuso das alianças necessárias à governabilidade.

Seja como for, concordando-se ou não, no horizonte de todas essas propostas estava sempre colocado um projeto futuro do PT e/ou a necessidade de sustentação de nossos governos.

Porém desta feita uma parcela do PT do Espírito Santo inaugurou um novo conceito: as alianças de sustentação as forças políticas de oposição ao projeto do PT, em especial ao governo federal.

Paulo Hartung sempre teve uma trajetória de extrema ligação com PSDB

O PMDB Capixaba

Diferente do que ocorre em nível nacional a maioria do PMDB no Espírito Santo, controlada pelo governador Paulo Hartung, possui uma forte nitidez e identidade programática.

Assentado sobre um projeto de desenvolvimento elaborado pelos principais grupos econômicos e midiáticos do Estado - articulados na ONG Espírito Santo em Ação - Paulo Hartung, articula politicamente a hegemonia desse projeto, que nada mais é do que uma versão neoliberal local, onde repete-se a máxima conservadora de que desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico feito por meio do apoio e incentivo a iniciativa privada, em suma repete-se o histórico das elites nacionais de privatização do Estado aos seus interesses e publicamente vale a velha versão: "é necessário esperar o bolo crescer para depois dividi-lo"

Até aqui muitos podem dizer que em diversos estados, inclusive no governo federal, convivemos e fazemos alianças com segmentos com posições similares e até piores.

Há, porém, um detalhe: nacionalmente essas alianças são feitas sob **nossa** direção e em função da governabilidade de **nosso** projeto, no limite a maior contradição cabe a quem nos apoia, o que está ocorrendo no Espírito Santo é exatamente o inverso.

A trajetória de Paulo Hartung

O governador Paulo Hartung sempre teve uma trajetória de extrema ligação com PSDB, partido pela qual foi deputado, prefeito e senador, além de ter integrado o governo FHC. Habilidoso e ardiloso nas eleições de 2002 frente a um governo desastroso do PSDB no estado e vai para o PSB, partido pelo qual se elege, no mesmo ano, pela primeira vez governador do Estado, mas que logo abandonaria para ingressar no PMDB.

Assume um governo em situação caótica, com atrasos nos salários do funcionalismo, com o crime organizado dominando as instituições, entre outros descalabros, frutos dos governos Tucanos.

No front financeiro é salvo pelo governo Lula, que adianta recursos dos royalties do petróleo, com os quais põe em dia o salário do funcionalismo e ganha um certo fôlego de caixa. No front ético, no imaginário popular, conta com o apoio do PT, em especial com a eleição de Claudio Vereza, um ícone da ética na política no Estado, para presidente da Assembleia Legislativa, até então dominada por políticos com relação com o crime organizado.

Publicamente, porém, assume exclusivamente para si todas os resultados da recuperação do Estado, mantendo uma postura dúbia já com relação ao primeiro governo Lula. Nas eleições de 2006, quando sai candidato à reeleição com um vice do PSDB, setores do PT local e nacional chegam a acreditar no seu suposto apoio à reeleição de Lula, o que se revelou-se um enorme engano: no primeiro turno faz toda sua campanha sem apoiar nenhum candidato a presidência. No segundo turno opta por viajar para fora do Espírito Santo.

Nas eleições de 2008, o então prefeito da capital, João Coser, opta por deslocar o vice do PSB e colocar um nome do PMDB indicado por Paulo Hartung. Reeleito, Coser garante aos aliados do PMDB um espaço considerável em seu governo. Porém a fidelidade não é o forte de Paulo Hartung, nas eleições seguintes, 2012, prefere a aliança com o PSDB, indicando o vice da chapa tucana, principal opositor do PT na cidade.

ireita ao governo Dilma

As eleições de 2014

O processo de alianças para as eleições de 2014 começa com uma proposta do então governador Renato Casagrande (PSB) de manter a aliança com o PT, que ocupava o cargo de vice, oferecendo a sua neutralidade nas eleições presidenciais, aceita inclusive pelo PT Nacional.

Mesmo sabendo dessa trajetória pregressa de Paulo Hartung setores do PT insistem em tentar e esperar uma aliança com Paulo Hartung.

Casagrande temeroso de perder o *timing*, de forma apressada e equivocadamente retira a proposta ao PT.

Simultaneamente Paulo Hartung, de forma coerente, diz não ao PT e fecha aliança com o PSDB e o DEM.

A aliança de Paulo Hartung com o PSDB não se limita ao plano estadual, declara abertamente apoio a Aécio Neves, para quem faz campanha de forma intensiva, mais do que isso, se coloca na oposição declarada ao governo Dilma, posição essa que mantém mesmo após eleito, postura que fica explicita em texto publicado no site www.leiase.com.br, em 26 de outubro de 2014.

Governabilidade para quem?

Muitos ainda podem imaginar que essa retórica de oposição pode ser compensada por um suposto apoio parlamentar em nível federal, mas é errado imaginar isto. O PMDB capixaba possui três parlamentares, dos quais dois ligados a Paulo Hartung, o deputado Federal Lelo Coimbra (reeleito) e o senador Ricardo Ferraço (eleito em 2010 para oito anos), ambos com atuações parlamentares que nem de longe podem ser consideradas aliadas do governo Dilma. Pelo contrário, Ricardo Ferraço, por exemplo, como presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, patrocinou e deu apoio logístico e operacional a entrada ilegal no Brasil, em um avião conseguido por ele, de um senador da direita Boliviana acusado de corrupção, em um dos episódios mais constrangedores da política externa do governo Dilma.

Não só, Ricardo Ferraço foi o coordenador da campanha de Aécio no Estado e recentemente tem sido cogitado pelo tucanato como o candidato da oposição à presidência do Senado. Para Ferraço (Veja de 29 de junho de 2014) "*vivemos um apagão em política externa".* Já o vice-govenador, Cesar Colnagno, fez ataques nominais ao filho de Lula. É claro, portanto, que estamos falando de um governador e de um grupo político que se propõe a construir a oposição ao governo Dilma e ao PT. É evidente que Paulo Hartung de forma habilidosa tem tratado nos últimos dias de diminuir o tom para não arriscar os massivos apoios do governo federal ao Estado, mas por outro lado seus aliados operam na linha de frente contra o governo Dilma.

A incrível decisão do Diretório Estadual do PT do Espírito Santo

Era de se esperar que face ao conjunto de posicionamentos e opções, o PT Capixaba se colocasse em oposição ao governo Paulo Hartung. Mas, não! Em decisão aprovada pelo Diretório Estadual o PT resolve integrar e participar do governo Paulo Hartung na figura de João Coser, até então presidente estadual do PT, aceitando o convite para ocupar o cargo de Secretário Estadual de Desenvolvimento Urbano, feito antes mesmo da decisão do PT.

Em reação a essa situação inaceitável que coloca o PT Capixaba como linha auxiliar de construção de um projeto antipetista e de oposição ao governo Dilma um conjunto de filiados composto por independentes e de diversas tendências apresentou ao Diretório Nacional um recurso político contra esta decisão.

Até o momento a Direção Nacional não se reuniu e não analisou o recurso, espera-se, porém, que o PT Nacional revogue a decisão do PT Capixaba e não abra o precedente de permitir alianças com forças políticas antipetistas e de oposição ao governo federal. Caso contrário estaremos jogando por terra a simples concepção de um partido, de sua história e de suas lutas.★

***Emílio Font** é militante do PT-ES e integra a direção nacional da AE

Recurso à direção nacional do PT

Página 13 publica a seguir trechos de um recurso apresentado, em dezembro de 2014, ao Diretório Nacional do PT. Até o momento em que fechamos esta edição, o recurso não havia sido apreciado.

1) Os abaixo-assinados, filiados ao Partido dos Trabalhadores no Estado do Espírito Santo, vêm, apresentar **RECURSO** à decisão da Executiva Estadual, levada a referendo para o Diretório Estadual, de participar do governo recém-eleito de Paulo Hartung, PMDB, pelos seguintes motivos:

2) O 14º Encontro Nacional do PT, realizado em maio de 2014, já previa que a última disputa eleitoral seria marcada por um pesado ataque ao nosso projeto, ao nosso governo e ao PT, por parte de setores da elite conservadora e da mídia oligopolista.

3) Destacava a Resolução sobre Tática Eleitoral e Política de Alianças:

> Nossos adversários representam um projeto oposto ao nosso ... arregimentam os interesses privatistas, rentistas, entreguistas, sob o guarda-chuva ideológico do neoliberalismo e de valores retrógrados do machismo, racismo e homofobia, daqueles que pretendem voltar ao passado neoliberal, excludente e conservador.

4) Pois bem, como em todo o Brasil, foi exatamente o que ocorreu no Espírito Santo. Fomos atacados de todas as formas possíveis e imagináveis, principalmente pela velha mídia regional e pelo PSDB e seus aliados.

5) Surpreendentemente, apesar de ser do mesmo partido que o vice-presidente, Michel Temer, e de todos os sinais trocados às vésperas do fechamento das candidaturas, como é de seu perfil, o candidato do PMDB, e agora governador eleito, Paulo Hartung, fechou aliança com os tucanos, colocando como candidato a vice-governador o presidente estadual do PSDB, deputado federal César Colnago - um dos nossos mais ferrenhos opositores, que na campanha e depois de eleito, fez acusações diretas a Lula e seus familiares - e anunciou apoio ao candidato Aécio Neves.

6) A campanha no Estado foi muito dura. O PT depois de longos esforços, com o PSB do Governador Renato Casagrande e com o PMDB de Paulo Hartung, ficou isolado, conseguindo apenas uma coligação incompleta com o PDT, que em reunião com parte da executiva definiu que faria campanha da presidenta Dilma Rousseff, acompanhando a orientação nacional, mas não faria a campanha do candidato a governador do PT, Roberto Carlos. A coligação seria apenas nas proporcionais. O PCdoB manteve apoio a candidatura da presidenta Dilma, mas apoiou o candidato à reeleição do PSB.

7) Paulo Hartung foi o mais ativo dos defensores da candidatura de Aécio Neves no ES, o que já havia revelado antes mesmo de se afirmar como candidato a governador. Além de ter atraído para sua vice o deputado Federal do PSDB, Cezar Colnago, também se juntou ao DEM – partido sabidamente sob seu controle no Estado, tendo, inclusive, ajudado a eleger o prefeito de Vila Velha, o Delegado Rodney Miranda, seu ex-secretario de Segurança e outros demistas.

8) Durante a campanha, diferente das vezes anteriores, quando se escondia ou se omitia – não apoiou nem mesmo Lula que salvou seu primeiro governo do fracasso com a antecipação dos royalties do Petróleo, entre outras ajudas, em 2014, Hartung se empenhou de maneira nunca vista, fazendo pronunciamentos, participando de atos políticos, eventos e caminhadas com os tucanos e seu candidato a presidente, tanto no primeiro quanto no segundo turno das eleições – apesar de já estar eleito governador no primeiro turno.

9) Mas, ao contrário do que avaliou Hartung, contra a velha mídia e contra todos os caciques políticos locais, a presidenta Dilma Rousseff obteve no Espírito Santo mais de 46% dos votos. Para se ter a dimensão do que representa esse resultado, importa ressaltar que estiveram contra nós, além do governador eleito, Paulo Hartung, o atual governador, Renato Casagrande, do PSB, os senadores Magno Malta, do PR, e Ricardo Ferraço do PMDB, a deputado Rose de Freitas do PMDB, eleita senadora. Além da quase totalidade dos prefeitos a exceção dos 7 petistas.

10) Ricardo Ferraço, aliás, um dos maiores aliados de Paulo Hartung, merece destaque pelo papel de oposição raivosa e sectária que vem exercendo em relação ao governo Dilma, chegando a cúmulo de dar fuga ao senador boliviano que estava na embaixada do Brasil na Bolívia, além de outros diversos factoides com o objetivo de faturar às custas da antipatia da velha mídia pelo PT e pelo governo Dilma. Não se trata de um adversário qualquer.

11) Mas a verdade é que a votação da presidenta Dilma no Estado se deveu fundamentalmente à força dos programas sociais, ao empenho da militância petista e dos movimento sociais, da militância de esquerda, inclusive setores PSOL e PCO, e de setores de alguns partidos da base aliada, que não queriam correr o risco de retrocessos.

12) Após a reeleição confirmada, mais uma vez Paulo Hartung surpreendeu. Foi o único governador eleito, a afirmar que "a eleição da presidenta Dilma era um retrocesso e que faria oposição", conforme o site www.leiase.com.br publicou em 26 de outubro de 2014:

> *O governador eleito Paulo Hartung (PMDB) será oposição ao governo Dilma Rousseff (PT). "Não é ser oposição radical, mas é continuar no sentido de tensionar as mudanças que o país precisa", disse. O peemedebista reiterou o apoio que deu a Aécio Neves (PSDB) durante todo o processo eleitoral e defendeu tal posição lembrando que o tucano foi o presidente escolhido pela maioria dos capixabas. Não deu os parabéns a candidata reeleita. O telefonema de parabéns será dado sim, mas para o outro candidato: "Devo ligar para ele para me congratular", contou. (...)*
>
> *Eu apoiei um candidato* [Aécio Neves] *que foi muito bem votado no país inteiro, teve votação expressiva no Estado do Espírito Santo. Essa corrente de opinião mostrou uma representação importante no Brasil. Essa corrente de opinião está de pé.*
>
> *(...)*
> *Essa força política que conseguiu movimentar o país, criar emoção em um conjunto de pessoas de setores do Brasil afora, esse movimento que é suprapartidário, tem uma boa contribuição para dar.*
>
> *(...)*
> *Se o país seguir o mesmo caminho que vem nos últimos anos, seguramente vamos viver um baita retrocesso. (http://leiase.com.br/hartung-sera--oposicao-a-dilma-no-espirito-santo/)*

13) Não menos impactantes foram as declarações do então candidato a vice, César Colnago , que, em resposta a um discurso de Lula sobre Aécio disse:

> *"Filhinho de Papai". Acho que ele* [Lula] *deveria aproveitar o tema e explicar para o Povo Brasileiro como "Lulinha", seu filho, conseguiu se*

Reunião da Comissão Executiva Estadual (CEE) do PT-ES que debateu a participação no governo Hartung

> *tornar sócio de uma empresa que recebeu um aporte de 5,2 milhões da Telemar, logo após deixar o emprego de monitor do zoológico de SP onde ganhava 600,00 por mês. Garoto de sorte, este sim é um verdadeiro "Filhinho de Papai.*

14) Ressaltamos que não se trata apenas de um destempero em função do clima da campanha eleitoral. Em dezembro de 2013 em um discurso na Câmara dos Deputados Cesár Colnago expressa a seguinte opinião sobre o PT e o Governo:

> *Sra. Presidente, demais Deputados, já deixou de ser novidade, por parte do PT, o uso de métodos espúrios para travar a disputa política, mas, de vez em quando, aparecem revelações que ainda conseguem nos estarrecer, Deputado Manato.*
> *O partido que produziu a compra de votos em escala industrial, também desenvolveu uma linha de montagem para fabricar dossiês em série e pôs para funcionar uma máquina de triturar reputações.*
> *A edição da Veja desta semana traz mais uma revelação sobre o Estado policialesco que o PT instalou dentro do Governo e que funciona —será que isso ainda surpreende alguém? — a partir do Ministério da Justiça! Exatamente o mesmo centro de irradiação de recentes aloprações em torno de papeis fajutos que tentavam incriminar tucanos no caso Siemens, mas recebe demandas do Governo inteiro, e, principalmente, ordens do Palácio do Planalto.*

15) Contraditoriamente, logo após o primeiro turno, ainda na campanha ostensiva em defesa do candidato Aécio Neves, Paulo Hartung convidou o presidente do PT, João Coser, para participar do seu futuro governo, ocupando uma secretaria, fato apenas revelado na terceira reunião da executiva estadual após as eleições.

16) Foi um debate rápido, pouco aprofundado, sem nenhuma razão apresentada que justificasse tal posicionamento de integrar um governo que fez campanha contra a nossa Candidata a presidenta Dilma nos dois turnos e depois ainda declarou que faria oposição.

17) Mesmo com todos as advertências de que essa era uma decisão que exigiria muito debate com todo o partido e com o acompanhamento e posicionamento da Direção Nacional, que estávamos tomando conhecimento e iniciando uma discussão na Executiva que não poderia aprovar tal deliberação tão questionável, que a decisão era precipitada e equivocada, a proposta foi submetida a voto e aprovada pela maioria. Uma comissão foi constituída e ficou encarregada de levantar pontos para submeter ao novo governador.

18) Diante de inúmeras manifestações de filiados e aliados e repercussão negativa a mídia e nas redes sociais, foi convocada reunião do Diretório Estadual para referendar a decisão da Executiva. Essa reunião foi realizada numa segunda-feira à noite, com três pontos de pauta, sendo que o ultimo ponto era para referendar a decisão da executiva estadual.

19) Os oradores puderam fazer, no máximo, apenas quatro minutos de intervenção, numa única rodada. A comissão tirada na executiva, não apresentou nenhum ponto para servir de referencia para uma eventual participação. Mas, depois de referendada a decisão da executiva, o Diretório definiu alguns pontos programáticos que deveriam ser apresentados ao futuro governador.

- Apoio ao governo Dilma Rousseff;
- Não privatização do Banestes (banco estadual) e da Cesan (companhia se saneamento do estado)
- Criação da Universidade Estadual (o ES é o único Estado que possui uma Universidade Estadual);
- Eleições diretas para diretores de escolas.
- Piso salarial regional;
- Respeito, Promoção e Proteção aos DDHH;
- Respeito aos Movimentos Sociais

20) Não se tem notícia de que tais pontos tenham sido apresentados ou que tenham sido aceitos pelo governador eleito. Também não há notícia de um único gesto, alguma atitude que pudesse significar que o governador eleito teria mudado de posicionamento em relação ao governo Dilma. Na primeira oportunidade, inclusive, em que pode demonstrar um dos únicos deputados sobre o qual não há dúvida de que segue a liderança de PH, o deputado Lelo Coimbra (PMDB) ausentou-se da votação da flexibilização da meta fiscal – num momento em que a oposição queria jogar uma de suas tentativas de golpe institucional.

21) Mesmo assim, em que pese os reiterados apelos para que não se deliberasse sobre a entrada no governo estadual à revelia do nosso projeto nacional, sem consultar a direção nacional e sem compromissos definidos, a direção estadual do partido forçou a aprovação da participação no futuro governo.

22) Em nossa opinião, uma postura de apequenamento de um partido que, com todas as dificuldades, ainda elegeu dois deputados federais e três estaduais e que tem sete prefeitos e uma forte participação social no ES.

23) Destaque-se que, mesmo que quisesse (o que não é o caso), Paulo Hartung não tem condições de oferecer nenhuma retribuição que não seja paroquial. Não pode prometer apoio ao governo Dilma porque não tem controle sobre a bancada do senado, uma vez que Rose de Freitas o tem enfrentado regularmente dento do PMDB, Magno Malta e Ricardo Ferraço têm lideranças e interesses próprios. Na bancada da Câmara não é muito

diferente, já que o PT elegeu dois deputados e dois suplentes, o PDT tem um deputado, o PROs um deputado e PSB dois deputados.

24) Se não bastassem essas razões, a decisão adotada ainda implica na conversão do PT do ES em sublegenda de uma força de direita, pois essa aliança é alicerçada, em boa medida, por um projeto emanado de uma ONG denominada Espirito Santo em Ação que estabelece um planejamento para o Estado, inclusive ações de governo, coerentes com um modelo que confunde desenvolvimento com "apoio à iniciativa privada".

25) Ou seja; o projeto que orienta o governo Paulo Hartung é uma versão local dos projetos neoliberais, colocando o Estado a serviço dos interesses privados. O resultado disso são os pífios indicadores sociais das gestões de Paulo Hartung, com destaque para a violação dos direitos humanos, aumento da violência, sucateamento da saúde pública e da educação.

26) Registre-se que, apesar do apoio dado pelos governos Lula e Dilma ao Espírito Santo, em especial na educação, o grupo político de Paulo Hartung, com o apoio da grande mídia, ataca os governos do PT, acusando-os de falta de apoio e abandono do Estado, de forma que, ao mesmo tempo em que foi beneficiado pelas ações do governo federal, Paulo Hartung sempre desgastou o PT.

27) Claro que o sistema político brasileiro traz consigo situações que criam enormes contradições. No caso do PT não são raros os casos onde no plano estadual há um conflito com os partidos da base aliada, mas que em nível federal acabam fazendo parte da base de sustentação no Congresso Nacional. Alianças que, em determinadas situações, contribuem para a aprovação de projetos de interesse do Governo federal no Congresso.

28) Acontece que este não é o caso do Espírito Santo. A bancada de parlamentares do PMDB possui dois aliados de Paulo Hartung: o Senador Ricardo Ferraço (eleito em 2010) e Deputado Federal Lelo Coimbra (reeleito em 2014).

29) Ricardo Ferraço foi nada mais, nada menos, do que o coordenador da campanha de Aécio Neves no Espírito Santo. Desde que assumiu a vaga no Senado em 2010, se pautou pela oposição ao governo Dilma. Como presidente da Comissão de Relações exteriores do Senado, patrocinou e deu apoio logístico e operacional à entrada ilegal no país, em um avião conseguido por ele, de um senador da direita boliviana acusado de corrupção.

30) As posições de Ferraço estão resumidas por ele mesmo na entrevista que deu à revista *Veja* em 29 de junho de 2014:

Senador Ricardo Ferraço (PMDB): "PT é bolivariano"

"Vivemos um apagão em política externa. Dilma não lidera e também não delega"

(...)

"VEJA *- O que leva o governo e o Itamaraty a dar as costas a políticos estrangeiros que sofrem perseguição política, como Maria Corina* [opositora do governo venezuelano] *ou Roger Pinto* [o empresário corrupto que fugiu da Bolívia]*?*

Ferraço *- O erro está em submeter a política externa, que deveria buscar os interesses de Estado, a uma política de governo. Mais do que isso, submetê-la aos ditames do partido hegemônico no momento, o PT. Isso explica a assimilação automática de políticas chavistas no Brasil. O debate que está vindo por aí em torno do controle dos meios de comunicação é algo que já vimos na Venezuela e na Argentina.*

Aqui, há aqueles que querem reproduzir a mesma coisa, mas estou seguro de que não encontrarão nenhum espaço no Brasil. São posturas que seguem diretrizes ideológicas e que não podem ir adiante, sob o risco de contrariar nossos interesses nacionais e enfraquecer nossa democracia.

VEJA *- De que ideologia o senhor está falando?*

Ferraço *- Do bolivarianismo. O governo brasileiro está fazendo uma opção pelo que há de mais atrasado e populista. A América Latina está dividida em duas, como no antigo Tratado de Tordesilhas. O lado do Pacífico, que inclui países como Colômbia, Peru, Chile e México, adotou o que há de mais dinâmico em economia e desfrutou muita prosperidade com isso. Eles fizeram vários acordos comerciais, incentivaram a indústria e ampliaram as oportunidades para seus empreendedores, gerando mais empregos."*

Do lado do Atlântico estão os países mais atrasados, como Venezuela, Bolívia e Argentina. Eles seguiram caminhos que já sabemos que não levarão a lugar algum. O comércio está estagnado e seus governantes, mesmo tendo sido eleitos pelo voto direto, têm forte inclinação para violar princípios civilizatórios. Estão todos a caminho de tornar-se ditaduras. É com eles que o Brasil tem preferido fazer alianças, por afinidade ideológica ou por causa de relações pessoais com os presidentes Nicolás Maduro e Evo Morales.

31) Quanto ao deputado federal Lelo Coimbra, este foi um dos principais opositores da programa Mais Médicos.

32) Em sessão solene realizada pela Assembleia Legislativa do ES, no dia 11 de dezembro de 2014, Lelo classificou o Mais Médicos como um "aviltamento" da Medicina. *"É um absurdo. Profissionais despreparados estão atendendo pacientes. E os conselhos de medicina não têm poder de fiscalizá-los, pois eles estão trabalhando com registro concedido pelo Ministério da Saúde".*

33) Trata-se, portanto, de um comportamento sistemático do grupo de Paulo Hartung e seus aliados. Portanto, participar do governo Paulo Hartung é apoiar uma força política que, embora abrigada num partido aliado, fez campanha para Aécio Neves em 2014 e que deixa claro que continua sendo parte do bloco oposicionista agora e nos próximos anos.

34) Tanto é assim que, além de não dar garantias ou sequer sinais de simpatia em relação ao governo Dilma, Paulo Hartung não assumiu nenhum compromisso com o PT em relação a 2016 e nem se dispôs a incorporar pontos programáticos de interesse do PT em seu governo.

35) Não se trata, portanto, de um sacrifício que o PT estadual fará em favor da governabilidade nacional. Trata-se do sacrifício do PT nacional e do governo Dilma, em favor de interesses locais de um setor do PT.

36) Por essas razões, apelamos ao Diretório Nacional do PT para rever e tornar sem efeito a decisão recorrida, estabelecendo que o PT do Espírito Santo e seus filiados não podem participar de um governo hegemonizado por PSDB, DEM e setores do PMDB que fazem oposição declarada ao nosso projeto e ao governo Dilma.★

CLAUDIO VEREZA

Um líder petista que fez a diferença e ajudou a mudar a política no Espírito Santo

Mônica Oliveira e Marina Filetti

Inquietação para superar probabilidades e ir além, a construção de uma trajetória de vida que, talvez, nem ele mesmo imaginasse trilhar, até tornar-se uma liderança política presente, por quase três décadas, nos principais fatos que marcaram a história do Espírito Santo. Este é Claudio Vereza, um petista de carteirinha, ativista das lutas sociais por 44 anos, que enfrentou o crime organizado, a luta contra a corrupção, a violência, e conquistou o respeito de todo o povo capixaba. Após seis mandatos de deputado estadual, Vereza deixa as trincheiras da política eletiva para dedicar-se a outros projetos de vida. O seu legado, como a militância ética e ideológica dentro do Partido, a defesa intransigente dos direitos das pessoas com deficiência, de indígenas e quilombolas, dos ex-presos políticos, a militância permanente pelo meio ambiente, pelos direitos humanos, as centenas de iniciativas de leis elaboradas na Assembleia Legislativa, são referência para aqueles e aquelas que acreditam na política como instrumento de transformações e a serviço dos interesses sociais e coletivos.

Claudio nasceu em Aymorés (MG), mas ainda pequeno (1954) foi para o bairro Aribiri, em Vila Velha (ES), onde morou com a família Vereza no ES. Aos 15 anos um tumor na medula quase tirou sua vida. Em um grupo de jovens da comunidade descobriu-se nas lutas do povo e percebeu a força da mobilização social e as possibilidades de mudar a história. A sua própria condição de vida revelou a exclusão sofrida pelas pessoas com deficiência, em um período no qual a luta por direitos e reconhecimento como cidadãos e cidadãs capazes se ampliava. Claudio Vereza foi um dos pioneiros na luta das pessoas de deficiência no Espírito Santo pela conquista de sua cidadania, com a criação da Associação Capixaba de Pessoas com Deficiência (ACPD), em 1980, ano preparatório do Ano Internacional das Pessoas Portadores de Deficiência (1981). A partir de então, tornou-se pesquisador e elaborador de políticas para a área, sendo sempre convidado a ministrar palestras em todo o Brasil e até em outros países. Desde a atuação pública nas Comunidades Eclesiais de Base (Ceb`s), as vivências como educador popular e estudante de jornalismo na Universidade Federal do ES (Ufes), além dos vários anos de atuação na Arquidiocese de Vitória, sendo um dos fundadores do Movimento Fé e Política, até a chegada ao parlamento capixaba, o jeito simples de Vereza subverteu e provou que ética, justiça, e respeito à dignidade estão na essência da luta por cidadania plena. Junto com os governos Lula e Dilma, e assim como milhares de companheiros e centenas de outros mandatos petistas pelo Brasil afora, também Claudio Vereza e seu mandato foram instrumentos na luta por direitos e justiça social mais ética, justiça, dignidade e resgate da cidadania de nosso povo. Uma cidadania que há 505 anos vem sendo negada a este povo que não se furta à luta, que arregaça as mangas, dia-a-dia, e que quer construir um BRASIL melhor para todos que aqui vivem.

Na trajetória política eleitoral e no parlamento: Elegeu-se deputado estadual pela primeira vez em 1986 ajudando a elaborar a Constituição Estadual. Foi candidato a prefeito de Vila Velha (1988) e a deputado federal (1990). Mesmo tendo sido o quarto mais votado do Estado, com 27 mil votos, não foi eleito por falta de "legenda", episódio que a imprensa capixaba batizou de "Ganhou mas não levou". Em 1992 **candidatou-se a vice-prefeito de Vila Velha** por uma coligação de partidos de esquerda. De 92 a 93 assumiu a presidência regional do PT, desenvolvendo intenso trabalho de formação política junto aos filiados do partido. Em 1994 foi eleito novamente deputado estadual, e reeleito em 1998. Em outubro de 2005, Vereza foi eleito novamente presidente estadual do PT. Claudio venceu a eleição interna do partido com 2.905 votos, cerca de 65% dos votos válidos.

Deputado mais votado: A persistência de Claudio Vereza, na Assembleia Legislativa, nas frentes de resistência que uniram o povo capixaba nos últimos anos, lutando contra a violência, a corrupção e o crime organizado, consolidaram sua liderança política e garantiram a sua reeleição, em 06 de outubro de 2002, para o quarto mandato, como o deputado estadual mais votado, com 37.610 votos. Em 2006, novamente reeleito, foi o quarto mais votado do Estado, ficando em primeiro lugar na coligação PT/PSB/PL/PCdoB.

Resgate: presença constante em momentos decisivos da história do Espírito Santo

- Entre 96 a 98 - Presidiu a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa que investigou a realidade do Sistema Penitenciário no Estado, e a Comissão Especial dos ex-presos políticos que apurou os atos praticados pelo Regime Militar no ES, no período de 1961 a 1979.

- De 99/2002 - Foi membro efetivo das Comissões de Cidadania e Direitos Humanos e de Agricultura e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa. Foi representante do Poder Legislativo na Comissão Interinstitucional de Acessibilidade do Ministério Público Estadual; nos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente (Consema) e Direitos Humanos e no Conselho Consultivo do Programa de Proteção às Vitimas e Testemunhas de Crimes (Provita-ES).

- Anos 90 - Claudio integrou a coordenação do Fórum Permanente contra a Violência e a Impunidade-Reage-ES, que lutou contra a violência, a impunidade e o crime organizado no ES; do Fórum Ecumênico Pelo Resgate das Dívidas Sociais dentro da Campanha Jubileu 2000; do Centro de Vida Independente (CVI-ES), da Apae/Vitória e do Centro de Educação Popular Dom João (Cecopes). E ainda: do movimento Alerta contra o Deserto Verde, de luta contra a ampliação da monocultura do Eucalipto no ES, e do Fórum de Economia Popular e Solidária (Feeps), que luta por práticas econômicas, mais justas e solidárias.

Legislatura 99/2002 - Oposição crítica em defesa do ES, Claudio Vereza foi o único deputado estadual do PT na Assembleia Legislativa e se destacou por sua oposição crítica e coerente em um Legislativo formado, em sua maioria, por deputados que deram sustentação incondicional ao Governo de José Ignácio Ferreira, marcado por denúncias constantes de corrupção e desmandos na administração pública estadual.

CPI da Propina - Foi membro da CPI instalada no Poder Legislativo Estadual para apurar denúncias de corrupção no Governo do Estado. Sua presença na CPI garantiu a transparência nas apurações que levaram ao conhecimento da população capixaba a investigação de todas as denúncias, que culminaram com um pedido de impeachment de Ignácio. Na época, o impeachment não foi aprovado e o governador afastado porque os deputados governistas não permitiram.

Pela transparência e Contra o crime organizado

Depois de um processo tumultuado em que o ex-presidente tentou, de todas as formas se manter no poder inclusive garantindo o retorno do voto secreto, e de duas votações, tendo uma delas, a que elegeu Geovani Silva presidente, anulada pela justiça estadual, **Claudio Vereza foi eleito, por unanimidade, presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo no dia 10 de fevereiro de 2003, para o biênio 2003/2004.**

Fim do voto secreto, fim de ajudas de custo para os parlamentares, e o fim da reeleição para a presidência foram iniciativas da Mesa Diretora da Assembleia, presidida por Vereza. Junta-se a estas medidas o resgate da credibilidade do Poder Legislativo junto à população capixaba enquanto instituição democrática, representativa e independente, a redemocratização do acesso da sociedade civil à casa, a democratização e agilização do Processo legislativo e reestruturação administrativa, cortando gastos e qualificando seus profissionais. **A gestão dinâmica e eficiente, permitiu a devolução de R$ 16 milhões aos cofres do Estado para serem investidos em políticas públicas, principalmente na área da Segurança Pública.**

depoimentos
Testemunhos sobre uma trajetória

"Claudio Vereza é uma história e uma saga de um homem, de um cadeirante e de um político impossível. Não obstante as muitas limitações corporais, o fato de ter que andar sobre uma cadeira de rodas, fez desta limitação um desafio a ser enfrentado e superado. E o fez de forma exemplar, de ficar na história da caminhada do povo de Deus no Brasil. Durante 24 anos foi deputado estadual de grande irradiação. O que mais se destaca nele é a busca da correção e da ética na política, entendida como a busca comum do bem comum. Mas sua fonte secreta de inspiração não se restringe à ética. Possui uma espiritualidade eminente, quer dizer, uma fonte gera uma prática como a de Jesus: na fé feita compromisso para com os pobres e desvalidos. Em quase todos os lugares, por mais distantes que sejam em nosso país, aí aparece o Cláudio com sua alegria, otimismo e sentido de humor. Diria até que ostenda uma santidade política, pois suas causas são sempre aquelas dos direitos humanos, a partir dos mais invisíveis, da busca da justiça social, do apoio aos movimentos populares que ajudou a criar e que continua a acompanhar. Não são esses os bens do Reino de Deus de que fala a Igreja da Libertação na América Latina, agora consagrada pelo Papa Francisco de Roma? Pois, o Cláudio Vereza, manteve este engajamento durante toda a sua vida com coerência, espírito democrático e fraterno. A retirara-se da visibilidade político-partidária, sabemos que sempre podemos contar com ele, pois a causa com a qual se comprometeu por toda a vida é maior que a vida, é uma causa pela qual vale a pena dar a própria vida. Tudo isso viveu e testemunhou Claudio Vereza". **Leonardo Boff** -Teólogo e assessor de comunidades populares e escritor

"Claudio Vereza sempre desempenhou sua militância política motivado pela fé cristã. Formado pelas Comunidades Eclesiais de Base, inserido nas pastorais populares da Igreja Católica, Vereza prima pela ética e pela opção pelos pobres. Conheci-o nos anos 70, quando dava os primeiros passos na atividade evangelizadora da Igreja de Vitória, no município de Vila Velha. Trabalhamos juntos na Cáritas diocesana, voltada à organizacão do movimento popular, e ainda hoije somos companheiros no Movimento Fé e Política, de dimensão nacional, que tem por objetivo nutrir a fé cristã de militantes engajados na luta política, seja como profissionais, como é o caso de Cláudio, seja como inseridos em movimentos populares, ONGs, sindicatos, cooperativas etc. Ao contrário de muitos políticos que, chegados às instâncias do poder, se deixaram cooptar pela função que ocupam, Vereza jamais se permitiu picar pela mosca azul. Na sua simplicidade e persistência, mantém contato com as bases populares, comprometido com um projeto político centrado na libertação de nosso povo, na moralização das instituições políticas, no serviço às causas populares, assumindo com destemor a causa de indígenas, negros, mulheres, excluídos etc, Claudio Vereza é, para mim, exemplo maior de político coerente, transparente, fiel aos valores evangélicos. **Frei Betto**

"Para o Partido dos Trabalhadores chegar onde chegou, nestes 34 anos de sua existência, foi necessária a dedicação, a militância aguerrida, o sangue, o suor e muito trabalho da nossa militância. E nessa militância posso destacar o papel de pessoas como o companheiro Claudio Vereza, que carinhosamente sempre chamei de Claudinho, que ajudou a construir este partido, se somou à lutas do povo brasileiro que enfrentou as agruras e a violência da ditadura militar, a exclusão e a falta de oportunidades do neoliberalismo e ousou sonhar com justiça e inclusão social e com um país mais igual. E Claudio Vereza ajudou muito para isso, sempre presente nos espaços de reflexão sobre os destinos do partido e dos projetos que defendíamos para a nação, é referência nacional no PT, nos movimentos da Igreja Católica, desde as Ceb's até o Movimento Nacional Fé e Política, junto ao movimento das pessoas com deficiência, entre outros. Quando muitos ainda viam as pessoas com deficiência como incapazes, Claudio Vereza em sua cadeira de rodas mostrou que era possível enfrentar as dificuldades, os preconceitos e fazer história. Agora, depois de tantos anos praticando e defendendo o modo petista de legislar na Assembleia Legislativa, ele vai tocar outros projetos. Tenho certeza que ele continuara sendo uma boa referência para o partido e para a juventude." **Luiz Inácio Lula da Silva** - ex-presidente do Brasil

"Me emociona muito falar do Claudio porque é um companheiro que muito nos orgulha não apenas no campo partidário, porque foi um dos fundadores do PT no ES e sempre soube conduzir com serenidade as contradições vividas pelos companheiros, mais especialmente pela figura humana que em cada gesto nos ensina que somos todos iguais. Atravessamos, Claudio e eu, junto com outros companheiros um período difícil da história de nosso Estado, quando o crime organizado se instalou nas instituições públicas e os desmandos na política quase afundaram o Espírito Santo. Foi preciso muita coragem para enfrentar a situação que colocou em risco as nossas vidas, e foi por meio do Fórum Reaje ES enfrentamos a situação e superamos a conjuntura altamente hostil. O legado de Claudio vai além do exemplo de ética na política, porque de um modo simples e devotado, o deputado com seis mandatos deu lição de simplicidade e gentileza tanto a eleitores como a companheiros de partido."
Iriny Lopes, ex-deputada federal

"Companheiro, irmão, amigo. Claudio Vereza é motivo de orgulho e admiração para mim, para as capixabas e os capixabas, para brasileiras e brasileiros, por tudo que fez e faz em termos de luta, de atuação e de políticas públicas. Sua marca política é o pioneirismo e a coragem, desde que assumiu causas das pessoas com deficiência até o enfrentamento à violência, corrupção e crime organizado em nosso Estado. Incansável defensor dos Direitos Humanos, Claudio sempre se colocou ao lado dos sem-voz e "invisíveis", a serviço das lutas populares, do enfrentamento à violência contra a mulher e ao extermínio de jovens, em nome da igualdade, da cidadania plena. Também entrou na luta por novas práticas econômicas, mais justas e solidárias. Superou os próprios limites físicos, doou coração e alma para que a sociedade evoluísse, com respeito e dignidade. E a ele devemos agradecer, ainda, pelo exemplo de sabedoria e ética no Legislativo." **Ana Rita Esgário**, ex-senadora

Leis que refletem anseios sociais

Antônio Carlos Sessa (Tonico)

Entre todas as leis estaduais, 179 são de autoria de Vereza. Acompanhe abaixo alguns destaques por mandato.

Mandato 1986 a 1990

- Lei nº 4.249/89 - Altera a Lei nº 3.971/87, ampliando a gratuidade nos transportes coletivos para as pessoas com deficiência.
- Lei 4.446/90 - Dispõe sobre a arquitetura dos prédios públicos que devem se acessíveis às pessoas com deficiência.

Mandato 1995 a 1998

- Lei 5375/97 - Institui Programa Estadual de Proteção a Vítimas e Testemunhas de Infrações Penais. - PROVITA
- Lei 5.751/98 - Reconhece a responsabilidade do Estado do Espírito Santo por danos físicos e psicológicos causados as pessoas detidas por motivos políticos, e estabelece normas para que sejam indenizadas. * Promulgada. * Sob ADIN nº 3738 - aguardando julgamento da liminar. A lei foi fruto dos trabalhos da Comissão Especial que colheu depoimentos de ex-presos políticos. Vereza reapresentou o projeto de lei na Assembleia Legislativa em 2014
- Lei 5.228/96 - Política estadual de apoio às pessoas com deficiência

Mandato 1999 a 2002

-Lei 6.175/00 - Cria o Plano Diretor de Resíduos Sólidos do Estado, com o objetivo de estudar alternativas para a redução da quantidade, e também para reutilização e reciclagem do lixo sólido produzido no Estado.
-Lei 6.611/01 - Disciplina a forma de revistas às pessoas que visitam as unidades do sistema prisional do Estado, estabelecendo normas que garantem o respeito à dignidade da pessoa humana.
-Lei 6.649/01 - Inclui a obrigatoriedade do ensino das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo de todos estabelecimentos de ensino de nível médio do Estado.

Mandato 2003 a 2006

-Lei 7.789/03 - Assegura as pessoas com deficiência visual acompanhados de cão-guia, o ingresso e a permanência em qualquer local público ou privado, meio de transporte ou em qualquer estabelecimento comercial ou industrial, de serviço de promoção proteção e cooperação de saúde.
-Lei 8.256/2005 - Institui a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária

Mandato 2007 a 2010

-Lei 8.594/07 - Institui a Política Estadual de Juventude e seu Conselho.
-Lei 8.870/08– Determina que estabelecimentos, instituições, prédios e obras públicas só poderão receber nome de pessoa falecida com destaque por notórias qualidades e relevantes serviços prestados à coletividade. E proíbe a escolha de nome de pessoa condenada por ilícito praticado contra os direitos humanos, por crime contra a administração pública e por envolvimento com a repressão nos Governos militares.
- Emenda Constitucional 60/09 - Adequa a Constituição Estadual à nova terminologia “Pessoa com Deficiência”, de acordo com a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.

MANDATOS DEMOCRÁTICOS-POPULAR

Pelas lutas populares, fortalecimento do PT e dos movimentos sociais, sob o lema: “PELA ÉTICA, PELA VIDA E PELA CIDADANIA”

“Em defesa da Ética, da Vida e da Cidadania” Este é o lema que orienta todas as ações do mandato democrático e popular de Claudio Vereza, que tem como eixos principais:

· A defesa da vida, da cidadania e dos direitos humanos;

· A preservação da natureza e condições de vida digna para todos;

· A luta contra toda forma de discriminação, principalmente contra os setores sociais excluídos: negros, portadores de deficiência, idosos, indígenas, mulheres, menores de rua, etc;

· Educação gratuita e de qualidade e que contribua para formar cidadãos conscientes;

· Combate à violência, ao crime organizado e a corrupção;

· Fortalecimento dos movimentos sociais;

· Emprego e garantia dos direitos dos trabalhadores;

· Valorização do funcionalismo e dos serviços públicos gratuitos e com qualidade;

· Saúde e saneamento básico;

· Reforma agrária e urbana.

Essas preocupações estiveram expressas em leis apresentadas; nas atividades que realiza no legislativo, em audiências públicas, sessões solenes e especiais, também na atuação em plenário e nas comissões.

LINHA DO TEMPO

■ Primeiro Mandato 1987 a 1990
Contribuição na elaboração da Constituição Estadual

■ Segundo Mandato 1995 a 1998
Intensa ação parlamentar PT elege governador do Estado, Vitor Buaiz.

■ Terceiro Mandato 1999 a 2002
Combate à corrupção e ao crime organizado

■ Quarto Mandato 2003 a 2006
Claudio Vereza é eleito presidente da Assembleia Legislativa

■ Quinto Mandato 2007 -2010
Vereza consolida experiência de legislação popular. Mandato de pés fincados nas lutas do povo

■ Sexto mandato 2011 – 2014
Experiência que se consolida na interlocução social. O Brasil elege Dilma Roussef , a primeira mulher na presidência do País.

o poeta

Poeta das horas vagas, Vereza também expressa através da poesia as dores, alegrias e lutas do povo, a preocupação com o meio ambiente, a família, os amigos e o PT, entre outros. Entre suas poesias famosas estão "Guerreiro, Areia e Aroeira", sobre o ambientalista Paulo Vinha, assassinado em 1992, ou "Moradia, direito de todos", sobre o movimento de moradia no ES. É autor de diversos livretos que contam histórias da família, do bairro Aribiri, em Vila Velha, onde viveu sua infância, casou-se e viu os filhos nascerem.

O lirismo na vida, na militância e nas lutas: Claudio Vereza, poeta sem medo.

A poesia – onde está a poesia?

A poesia
Onde está a poesia?
Se é por democracia
Nossa gente não descansa
A poesia
Onde está a poesia?
Somente a Cidadania
Realiza a mudança
A poesia,
Onde está a poesia?
Quero a Terra bem sadia
Quero vida em abundância
A poesia
Onde está a poesia?
Quero paz e harmonia
Pra fazer uma festança!
A poesia
Onde está a poesia?
Entre fé e sabedoria
Faço a minha aliança
A poesia
Onde está a poesia
Quero a terra bem sadia
Quero vida em abundância
A poesia
Onde está a poesia?
Eu procuro simpatia
Junto à minha vizinhança
A poesia
Onde está a poesia?
Um carinho me alivia
Na partida e na chegança
A poesia
onde está a poesia?
Eu só quero alegria
Guerra, não é só bonança
A poesia
Onde está a poesia?
Sempre sempre nesta via
Segur segue a minha andança
A poesia
Onde esta a poesia?
Como eu conseguiria
Retirá-la da lembrança?
A poesia,
Onde está a poesia?
É violência, noite e dia,
Contra velho e criança!
A poesia,
Onde está a poesia?
O egoísmo irradia
A disputa e a vingança!
A poesia,
Onde está a poesia?
Tenho até taquicardia
Avança a competição
A poesia,
Onde está a poesia?
Pois só jogam água fria
Em minha quente esperança
A poesia,
Onde está a poesia?
Se e no meio á correria
Vejo tanta insegurança?
A poesia
Onde está a poesia?
Diante dessa agonia
O meu coração balança
A poesia
Onde está a poesia?
Saia da paralisia
Quem espera nunca alcança
A poesia,
Onde está a poesia?
Contra toda a apatia
Ponho a minha confiança!
A poesia
Onde está a poesia?
Chega de demagogia
Esta é minha cobrança
A poesia,
Onde está a poesia?
Pra acabar com a vilania
Só fazendo pajelança
A poesia
Onde está a poesia?
Pra vencer a tirania
É preciso temperança!

Tardes de Abril
22 e 23/04/01 (Publicada na Sexta Coletânea - Poetas do ES - outubro 2003)

Ao caminhar no quintal,
Nas tardes secas de abril,
Ao som de mil bem-te-vis
E de alguns sabiás
Eu enxerguei aratus
Subindo no manguezal
Buscando o calor do sol.

Ao caminhar no quintal,
Saboreando araçás,
Goiabas, maracujás,
Eu contemplei colibris
Sugando os ares do céu
Sugando nas flores mel,
Nas tardes secas de abril.

Ao caminhar no quintal,
Por entre folhas no chão,
A minha mente voou
Aos bons tempos infantis
Dos mergulhos na maré
Pescarias de siri...
Sem medo de ser feliz!

Ao caminhar no quintal,
Buscando o calor do sol
A minha mente voou
Singrando os ares do céu
Ao som de mil bem-te-vis
Sem medo de ser feliz
Nas tardes secas de abril.

Busca
(Publicada na Quinta Coletânea - abril 2003)

Vou sair por aí
Pra buscar a esperança
E encontrar o povo
Resistindo à correnteza
Das mentiras mil
Desta vil modernidade
Que só vem sugar
O suor da gente

Vou sair por aí
Pra encontrar a esperança
Que resiste ao breu
Desta noite tropicana,
Pois, bem alta bilha
A estrela-utopia
A guiar-nos sempre
Por caminhos mais seguros,
Onde o ser humano
Então, possa ser feliz!

Vou sair por aí
Pra buscar esperança...
Vou sair por aí
Pra encontrar a esperança...
Vou sair por aí
Acendendo a esperança...
Vou sair por aí...

Sinal amarelo no cinturão

Licio Lobo*

O resultado das eleições 2014 explodiu como uma bomba de efeito moral para o PT-SP. Estilhaços políticos, cortinas de fumaça nas falas dos principais dirigentes, choro (real e metafórico) de militantes, ranger de dentes, desorientação e confusão.

A salvar a situação, apenas o fato de que apesar do péssimo desempenho em SP, logramos vencer a disputa nacional no segundo turno, com os votos para Dilma vindos principalmente do Nordeste e, ainda que com vitórias mais apertadas, dos grandes colégios eleitorais de Minas Gerais e do Rio de Janeiro.

Passados dois meses e meio do segundo turno o efeito da "ressaca paulista" parece ainda não ter se dissipado. Pelo contrário, sob o efeito do desastre eleitoral, os sinais de confusão e degeneração politica se ampliam.

A recente entrevista da ex-ministra Marta Suplicy a um dos jornalões do oligopólio da mídia paulista, em que a referida senhora empunha a sua metralhadora giratória contra o partido é apenas uma pequena, mas simbólica, amostra do estado de coisas no PT-SP. A tal entrevista pode revelar algo, mas também pode esconder muitas coisas se ficarmos na superfície do tratamento dado à questão pela mídia.

Mais do que os interesses e as trajetórias "pessoais", trata-se de buscar na análise dos fatos concretos quais os **interesses de classe** estão em jogo e como as diferentes forças politicas se comportam frente a estes interesses.

É neste propósito que procuramos tratar aqui de combinar, no âmbito do estado de SP, uma análise do processo eleitoral com os últimos desenvolvimentos da luta de classes e do debate interno do PT.

De início, é preciso constatar que o resultado das eleições em SP não foi um raio em céu azul, um resultado fortuito, um ponto "fora da curva".

Para o observador mais atento da dinâmica social do estado nos últimos anos, especialmente depois das grandes manifestações de 2013, e da política dominante no PT, o resultado não foi exatamente uma surpresa. Como vimos alertando no debate interno, especialmente no processo do PED 2013 e depois, no curso mesmo da campanha eleitoral, é na politica e no "modus-operandi" da maioria do PT paulista que temos que buscar as raízes do desastre.

Vale relembrar que o atual presidente do PT-SP foi eleito no PED 2013 com mais de 90% dos votos, com o apoio de uma ampla aliança composta por CNB, PTLM, Novos Rumos, Movimento PT, Mensagem ao Partido e EPS.

Ao fim e ao cabo, tão ampla maioria, construída muitas vezes sob o tacão dos subterfúgios das filiações em massa, da indevida quitação coletiva das anuidades e do uso "abusado" das máquinas de governos e parlamentares, não teve o condão de construir coletivamente as respostas politicas exigidas pela situação, senão que sucumbiu sob o peso da adaptação ao modo tradicional (burguês) de fazer campanha em circunstâncias em que o poder de fogo da burguesia se revelou em toda a sua plenitude.

Falamos aqui de uma derrota acachapante sob todos os aspectos, uma derrota eleitoral, política e também ideológica.

Do ponto de vista eleitoral, os números, já conhecidos, apenas ilustram o tamanho do fenômeno:

Perdemos a eleição para governador no primeiro turno para o PSDB, que logrou reeleger Geraldo Alckmin com 57,37% dos votos válidos. Contrariando uma tendência histórica de polarização PT-PSDB no estado observada desde 1994, desta vez o PMDB foi o segundo colocado com Paulo Skaf, candidato patronal, dirigente da FIESP, com 21,53% dos votos válidos. Ao PT, coube a terceira posição, com Alexandre Padilha logrando obter 18,22% dos votos, no pior desempenho do PT paulista nas últimas cinco eleições.

Perdemos a eleição para o Senado para o PSDB, com José Serra derrotando Eduardo Suplicy de forma cabal, por 58,49% dos votos válidos contra 32,53%.

vermelho!

Falamos aqui de uma derrota acachapante sob todos os aspectos, uma derrota eleitoral, política e também ideológica. Os números, já conhecidos, apenas ilustram o tamanho do fenômeno: perdemos a eleição para governador no primeiro turno para o PSDB, que logrou reeleger Geraldo Alckmin com 57,37% dos votos válidos. Ao PT, coube a terceira posição, com Alexandre Padilha logrando obter 18,22% dos votos, no pior desempenho do PT paulista nas últimas cinco eleições

Perdemos terreno na eleição para a Câmara Federal, elegendo apenas 10 deputados federais, perdendo 6 cadeiras na comparação com a eleição anterior de 2010, em que elegemos 16 deputados/as.

Perdemos terreno na eleição para a Assembleia Legislativa, elegendo apenas 14 deputados estaduais, perdendo 8 cadeiras na comparação com a eleição de 2010, em que elegemos 22 deputados/as estaduais.

No 1º turno da eleição presidencial perdemos para o PSDB, com 44,22% dos votos válidos para Aécio, sendo que Dilma (25,82%) e Marina (25,09%) ficaram praticamente empatadas. No segundo turno a maioria do eleitorado de Marina migrou para Aécio, configurando uma derrota estrondosa do PT para o PSDB no estado (Aécio 64,31% e Dilma 35,69%), segundo pior desempenho no país, atrás apenas de SC, o que num estado com o peso do colégio eleitoral de SP, por pouco não colocou em risco a eleição nacional.

Dos pontos de vista político e ideológico, os números ganham uma expressão mais concreta, real, na luta de classes ao vivo e a cores.

Era corrente no PT-SP, mais fortemente antes das manifestações de 2013, uma avaliação de que em 2014 estaríamos melhor posicionados, relativamente às eleições anteriores, para a disputa do governo do estado de SP. Abstraindo a análise concreta da situação concreta, um raciocínio linear poderia inferir esta possibilidade da curva ascendente do desempenho eleitoral do PT-SP nas cinco eleições anteriores (11,3% - Zé Dirceu em 1994 ; 19,20% - Marta Suplicy em 1998; 32,44% - Genoíno em 2002; 31,68% - Mercadante em 2006; 35,23% - Mercadante em 2010). Tudo se passaria como se o "acúmulo de forças" fosse inexorável, sem possibilidade de regressão.

Pesaria também o fato da "fadiga de material" dos governos do PSDB há 20 anos governando São Paulo, com o conhecido cortejo de desastres da aplicação da receita neoliberal na saúde, na educação e na segurança pública. Além disto, jogariam contra o tucanato os escândalos da corrupção de alto coturno, envolvendo as multinacionais Siemens e Alstom, no Metrô e na CPTM. Para coroar, a crise no abastecimento de água nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas, com o acelerado esgotamento dos mananciais do sistema Cantareira.

Vista a situação nestes termos, haveria mesmo um largo terreno a explorar por parte do PT em São Paulo. Mas o fato é que, de verdade, o PT paulista precisaria ser outro PT para vencer, um PT mais ousado, mais militante, mais de esquerda, mais socialista, menos acomodado no conforto dos gabinetes, mais ligado organicamente no dia a dia da população. Este PT já existiu e foi responsável por memoráveis lutas e vitórias. Pode ainda voltar a existir plenamente e de certa forma ainda resiste na figura de parte da sua militância, mas o fato é que ao longo de todo um período histórico, desde 1994, a opção da maioria do PT-SP foi fazer uma oposição de baixa intensidade ao PSDB, fruto da estratégia que se afirmou no partido exatamente por esta época e a partir do PT-SP se expandiu por todo Brasil, sendo fato simbólico do período a eleição de Zé Dirceu para presidente nacional do PT em 1995.

Esta nova estratégia, dita "moderada" em oposição aos "radicais" do PT, foi capaz de nos levar à presidência da República com Lula em 2002, mas logo em 2005 começaria a mostrar seus limites, que nestas últimas eleições de 2014 se mostraram de forma mais cabal. Aqui em São Paulo, durante todo este período histórico, a resultante desta estratégia foi uma oposição frágil na Assembleia Legislativa, de baixo perfil, sem lograr uma intervenção organizada no movimento de massas, sem cumprir o papel de um partido dirigente, com o PT cada vez mais se configurando como uma federação dispersa de mandatos parlamentares, prefeitos e outras lideranças desconectadas de um projeto global e unificado de oposição aos tucanos.

Sem a intenção de "fulanizar" o debate, deste ponto de vista, da ausência de um projeto de esquerda para o estado e de um "ethos" combativo ao tucanato, a postura da prefeitura de São Paulo nas manifestações de junho de 2013 deixou uma marca importante e simbólica para o desenrolar da conjuntura nos meses seguintes.

Sendo a prefeitura da capital a mais importante "trincheira" no aparelho de estado para o combate político do PT em SP, o fato de Haddad ter resistido ao atendi-

mento da reivindicação do MPL no início das mobilizações, de certa forma respaldar a repressão selvagem promovida pela PM dirigida por Alckmin (com o concurso ativo do ministro da justiça que se colocou à disposição do governo do estado para auxiliar com meios materiais na repressão) e ao fim, depois de um imenso desgaste, fazer o anúncio do atendimento das reivindicações do movimento em pronunciamento conjunto com Alckmin na televisão, são um claro demonstrativo de quanto as ações políticas dos nossos governos não levam em conta as disputas de classe decisivas.

No caso concreto o prejuízo não foi apenas eleitoral e certamente calou fundo na sensibilidade da juventude e do povo pobre da periferia que não distinguiu a ação concreta dos governos ligados ao PT e ao PSDB. Este exemplo poderia ser extrapolado para outras esferas e circunstâncias envolvendo dirigentes e mandatários do PT, e não reflete juízo de valor sobre os eventuais méritos, que existem, na atual gestão petista da cidade de São Paulo.

Depois deste episódio, a prefeitura de São Paulo deu mostras de políticas sérias e ousadas no enfrentamento da questão da mobilidade urbana e do uso e ocupação do solo, com a aprovação do novo Plano Diretor, ampliação dos corredores exclusivos de ônibus, ciclovias e ciclofaixas.

Mas é cada vez mais claro que precisamos reatar os laços com a população da periferia e com os trabalhadores que constituíram o eleitorado histórico do PT e desta vez "faltaram ao encontro", pelo menos em SP, como o resultado eleitoral recente demonstrou.

Na capital, o resultado foi negativo em tradicionais redutos petistas. Dilma teve 620 mil votos a menos em relação à eleição de 2010 na capital, perdendo para Aécio em zonas com Capão Redondo, Campo Limpo, Brasilândia, Itaquera, Vila Jacui e Teotônio Vilela, importantes concentrações operárias. Para não falar nas derrotas para lá de acachapantes nos tradicionais bairros da "classe média" e da elite paulista realmente endinheirada.

No chamado "cinturão vermelho" da região metropolitana de São Paulo e nas principais cidades do estado com forte concentração de trabalhadores sofremos derrotas impactantes nas disputas majoritárias. Com exceção de Hortolândia e Cubatão perdemos a eleição presidencial no segundo turno em todas as cidades que governamos, dentre elas São Bernardo do Campo, Santo André, Mauá, Osasco, Guarulhos, Carapicuiba, São José dos Campos.

A vigorosa mobilização da militância social de esquerda foi o que ressaltou de positivo na campanha

O PMDB, nosso suposto "aliado" nacional, aqui em SP jogou um papel importante contra o PT, com a negação de Skaff, candidato patronal dirigente da FIESP, de declarar apoio à Dilma e praticamente militar contra nossa candidatura presidencial, apesar da candidatura peemedebista a vice-presidente de Michel Temer. A candidatura de Skaff serviu como uma contenção à participação mais intensa e direta de Dilma na campanha do PT em SP no primeiro turno, sob o equivocado pretexto de não privilegiar nenhum dos dois "palanques". Mas o fato é que existia apenas um palanque real, o de Padilha com o PT.

Em alguns locais, uma política de aliança privilegiada com o PMDB levou a desastres, como a retumbante derrota em São José dos Campos, com o prefeito petista privilegiando com quase exclusividade uma dobrada da sua candidata a deputada federal com o vice-prefeito peemedebista candidato a deputado estadual em coligação adversária, num desrespeito ao regimento do partido.

Por obvio, como temos dito à exaustão e já é lugar comum nas avaliações petistas, jogaram a favor do PSDB e das forças conservadoras coadjuvantes o apoio expresso dos grandes meios de comunicação, com a blindagem aos malfeitos tucanos. Mas isto era previsível, cada um joga de acordo com as armas que tem e estas armas de grande calibre dos jornais, rádios e TVs são propriedade privada da burguesia.

O que ressalta e impressiona é que o nosso lado não tenha sido capaz de construir as armas de contra-hegemonia no terreno decisivo da comunicação. Até hoje, mesmo depois da sova que levamos em SP há dirigentes que desdenham e minimizam a importância de um jornal de massas de qualidade e amplíssima divulgação que possa ancorar um projeto de comunicação mais amplo da esquerda.

A rigor, para exercer a contra-hegemonia no terreno da comunicação é preciso construir concomitantemente a contra-hegemonia no terreno da política. Há que ter política para comunicar. Vários exemplos históricos corroboram a tese de que em situações de crises e impasses, na ausência de uma opção transformadora que enfrente os desafios, a tendência é que a sociedade, inclusive as camadas exploradas, sejam captadas pelo conservadorismo de direita.

Deste ponto de vista as opções ideológicas da campanha ao governo do estado foram péssimas. Na política de segurança pública, ao invés de criticar a política de extermínio da juventude negra e pobre das periferias perpetradas pela Policia Militar de São Paulo, a linha foi se reivindicar da "linha dura no combate ao crime", embarcando na mistificada construção ideológica do inimigo, na vã ilusão de conquistar o eleitorado de "classe média". Não surpreende que na falta de uma contraposição à altura, tenha crescido a "bancada da bala" em SP, com a eleição de vários oficiais da PM a da figura nefasta do filho de Jair Bolsonaro.

Ainda no terreno das construções ideológicas outro desastre completo foi a exaltação da "Revolução Constitucionalista de 32" e a comemoração do 9 de Julho numa mensagem dirigida por Padilha à juventude paulista. Exaltando um dos episódios mais reacionários da história de SP, dirigido pela oligarquia cafeeira e pela burguesia paulista associada, a direção da campanha procurava explorar o "patriotismo paulista", a ideia de retomar o papel de São Paulo como a "locomotiva da nação",

flertando com um perigoso sentimento de preconceito em relação às demais regiões do país, típico do PSDB e da burguesia paulista. Nada mais em desalinho com a construção que procuramos fazer no combate às desigualdades regionais.

O que deveria ser denunciado é que a "culpa" pela relativa perda de dinamismo econômico de SP é da própria burguesia paulista.

De um lado, os efeitos das dificuldades econômicas que vive o país são mais sentidos em SP devido ao peso do estado na economia do país, já que responde ainda por cerca de um terço de todo produto bruto nacional.

Por outro lado, a proliferação de plantas da indústria automobilística e outras fora de SP nas últimas décadas é "racional" do ponto de vista das decisões de investimento do grande capital, aliando as conveniências da guerra fiscal entre os estados à pressão sobre os sindicatos para "moderação" das reivindicações sob pena de fechamento e transferência das empresas. Esta é uma tendência de médio prazo que vem se acentuando.

É neste contexto que o grande capital jogou sua cartada como "grande eleitor", com uma "greve de investimentos" no primeiro mandato de Dilma, "embolsando" as desonerações fiscais concedidas para investimentos no mercado financeiro e remessa de lucros para as matrizes. O recrudescimento das pressões sobre o emprego em empresas metalúrgicas do ABC se fizeram sentir, de modo negativo na campanha eleitoral, sobre o estado de ânimo de setores do operariado em relação ao governo federal.

Por obvio, isto não explica todo o resultado eleitoral, mas trata-se de uma vertente fundamental para sua explicação.

Ao lado destas questões, resta a evidente dificuldade do PT em lidar de forma satisfatória com o tema da "corrupção", ficando exposto ao vendaval histérico da grande mídia udenista. Aqui é justa a denúncia da imparcialidade da mídia que não trata da mesma maneira a corrupção de extração tucana, como justa é a denúncia das injustiças legais, doutrinárias e processuais que levaram à condenação dos dirigentes petistas na ação penal 470.

Porém, nosso partido está devendo uma autocritica mais fundamentada e sincera em relação às práticas inadmissíveis no trato dos negócios públicos, que vão se naturalizando por assimilação do modo burguês de fazer política. Sem este passo, construído de forma política coletiva, nos prazos justos e necessários, sem concessão de terreno ao inimigo de classe, nosso partido terá dificuldade em resgatar de forma cabal e profunda as relações de confiança que nele depositaram parcelas expressivas da juventude e da classe trabalhadora brasileira.

De imensamente positivo na campanha, também aqui no estado de SP, foi a quase espontânea e vigorosa mobilização de uma militância social de esquerda no segundo turno da eleição presidencial. Atos, concentrações, reuniões, manifestos e comícios foram uma demonstração irrefutável de que há uma militância de esquerda disposta a defender as conquistas, ainda que tímidas e insuficientes, dos nossos governos contra o retrocesso representado pela candidatura tucana. Mas que não quer e não pode se limitar a isto, exige avanços concretos no terreno das reformas estruturais que a situação exige: reforma política, reforma urbana, reforma agrária, reforma tributária progressiva, democratização da comunicação, revisão da lei de anistia para punição dos criminosos da ditadura militar, desmilitarização das policias militares, ampliação do acesso aos serviços públicos de saúde, educação, cultura, esporte e lazer.

São preocupantes neste sentido as medidas de política econômica adotadas pelo governo em seus primeiros movimentos, que vem merecendo um justo e duro questionamento das centrais sindicais, dos movimentos sociais e da intelectualidade progressista.

Para enfrentar esta situação, trata-se de politizar, no exato sentido da palavra, as relações internas no Partido e as relações do partido com o governo. Se quisermos avançar não mais espaço para personalismos e políticas auto-centradas em carreiras, para o pequeno cálculo, para a adaptação ao modus operandi do inimigo. Se algum benefício as últimas declarações de Marta Suplicy trouxeram ao PT, foi deixar transparente, de forma cristalina, que há no Partido setores pró-capital, que se orgulham das relações com os "grandes do PIB", banqueiros e industriais, e defendem abertamente políticas de ajuste fiscal.

É papel do PT, em primeiro lugar, honrar as esperanças de avanços e conquistas demonstrados pelos milhares que foram às ruas defender nossas bandeiras e pelos milhões que depositaram o seu voto de confiança nas urnas. Na preparação do 5º Congresso do PT, o debate profundo sobre as lições do processo eleitoral deverá ser feito com os olhos postos no futuro. A classe operária e a juventude de SP têm ainda muito a dizer e fazer na construção deste futuro. Por que há ainda esperança e ela continua vermelha.★

***Licio Lobo** é secretário geral do PT-Diadema, membro da DNAE

Transporte e passe livre

*Rodrigo César**

Em São Paulo, o primeiro ato pela revogação do aumento das tarifas de transporte convocado pelo Movimento Passe Livre (MPL), no dia 9 de janeiro, foi carregado de simbolismo. Além da mobilização que surpreendeu até mesmo as estimativas otimistas, alcançando quase dez mil pessoas nas ruas, a manifestação terminou da mesma forma que a da fatídica quinta feira (13) de junho de 2013 que nacionalizou e massificou os protestos: no mesmo local, a Polícia Militar comandada por Alckmin agiu igualmente com todo o preparo e treinamento para a repressão.

Assim começou o ano na cidade.

O anunciado aumento de R$ 0,50 nas tarifas de ônibus municipais e metropolitanos, trem e metrô entraram em vigor a partir do dia 6 de janeiro. Desta vez, com uma novidade: a prefeitura não aumentou as tarifas dos bilhetes temporais (diário, semanal e mensal), reduziu para 60 anos a faixa de gratuidade para homens e concedeu cotas de viagens gratuitas para uma parcela de estudantes.

Agilmente, Alckmin não quis ficar atrás e enviou à Assembleia Legislativa de SP um projeto de lei para estabelecer o "passe livre" estudantil – com muitas aspas – nos trens, metrôs e ônibus metropolitano.

Limites

Contudo, os mais vulneráveis serão os principais afetados. A população da região metropolitana que está desempregada ou fora do mercado de trabalho formal, não terão vale-transporte pago por empregadores e enfrentam sérias dificuldades de adiantar o valor das tarifas na aquisição dos bilhetes temporais.

Em geral residentes nas periferias de São Paulo, parte expressiva das crianças e jovens destas famílias moram a uma distância inferior a um quilômetro das escolas públicas onde estão matriculadas, o que não as habilita a receber o benefício. Nestes casos, não se aplica o raciocínio de que a perda com o aumento das tarifas pagas pelos pais seria compensada pela gratuidade no transporte dos filhos.

Soma-se a isso, o problema vivido pela juventude que nem estuda e nem trabalha ou está sujeita aos trabalhos precários, de baixa remuneração e de alta rotatividade. Estes jovens estão sendo duplamente penalizados: de um lado, pelo aumento das tarifas e, de outro, pela retirada de direitos trabalhistas promovida pelas medidas provisórias 664 e 665, com destaque para o aumento do tempo de serviço necessário para ter acesso ao seguro desemprego.

Privado

Enquanto isso, os empresários do transporte seguem sossegados. Ou seguiam. Afinal, a auditoria nas planilhas das concessionárias revelou irregularidades. Entre elas, as viagens previstas que deliberadamente não são realizadas. As empresas consideram mais lucrativo descumprir o contrato e arcar com a multa do que dar a partida programada.

Além disso, veio à tona a lucro das empresas, de 15%. O prefeito Fernando Haddad considera possível reduzir essa taxa e reverter a base de cálculo para o pagamento das viações, que hoje leva em conta a quantidade de passageiros transportados ao invés dos quilômetros rodados.

Vejamos como estas e outras questões serão equacionadas no edital para as novas concessões. Se as razões que levaram a prefeitura a decidir pela desapropriação das garagens de ônibus motivarem a elaboração do novo edital, daremos mais um passo para que o transporte deixe de ser uma mercadoria e a mobilidade seja um direito.

Público

Mas não nos enganemos: o passo decisivo no sentido do horizonte estratégico de proporcionar transporte de qualidade com tarifa zero para toda a população é a criação de uma empresa pública municipal de transportes.

A meta deve ser fazer do próximo edital de ônibus o último da história da cidade.

As medidas positivas implementadas pela prefeitura até agora terão condições de impactar mais profundamente o cotidiano da população na medida em que o transporte individual for substituído pelo coletivo, o que exige uma mudança cultural que só virá quando houver reconhecida qualidade do serviço público prestado.

Enquanto predominar a lógica do lucro que, por definição, orienta a ação empresarial, não será possível sequer vislumbrar um outro paradigma para a mobilidade urbana.

Movimento

A luta do MPL pela tarifa zero está coberta de legitimidade. Assim como é legítima a onda de manifestações que o movimento convoca contra o aumento das tarifas de transporte em diversas cidades de São Paulo e do país. O direito fundamental à mobilidade deve ser garantido e os sucessivos reajustes vão em sentido contrário.

A questão e saber se o MPL saberá, por um lado, reconhecer as diferenças entre a prefeitura da capital e o governo estadual no tratamento dado à política de transportes e aos movimentos sociais e, por outro, arrancar taticamente alguma vitória caso um novo junho não aconteça para garantir a pauta máxima.★

***Rodrigo Cesar** é militante do PT em S. Paulo

Luiz Carlos Martins, nosso vice em Mossoró

Professor aposentado da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e atualmente vice-prefeito de Mossoró (RN), Luiz Carlos de Mendonça Martins tem 64 anos de idade. É filiado ao Partido dos Trabalhadores há 16 anos e ex-presidente do Sindicato dos Professores do Estado e da Universidade. Foi foi eleito três vezes vereador da segunda cidade mais importante do Rio Grande do Norte e, atualmente, é vice-prefeito da cidade de Mossoró.

Em 2014, atendendo a um pedido do diretório local do PT, oficializou seu nome como candidato a vice-prefeito nas eleições suplementares de maio daquele ano.

Em entrevista ao ***Página 13***, o vice-prefeito falou sobre planos, projetos, desafios, conquistas e os novos ventos que sopram na política de Mossoró, uma cidade que testemunha a derrocada de grupos tradicionais que há mais de meio século dominavam a política local e que nas últimas eleições foram derrotados por gestores que não ostentam o sobrenome da oligarquia Rosado. Confira:

Luiz Carlos Martins: um petista na vice

Página 13: Como o senhor avalia essa mudança política que marcou a saída de nomes tradicionais em Mossoró para a entrada de um vice-prefeito do PT?

Luiz Carlos: Considero importante essa transição, porque demonstra uma elevação do amadurecimento político, que só reforça o espírito democrático. Defendemos a gestão participativa e o fato da nossa cidade ser governada há décadas por membros de uma mesma família era algo que precisava ser revisto pela população. Isso ocorreu em um momento importante, tendo em vista que o povo avaliou que era preciso mudar, pois a falta de rotatividade no Executivo tinha gerado um quadro de personalização da gestão, letargia e de deficiência nos serviços públicos. Sendo bastante claro, digo que o povo comprova que não é preciso sobrenome de uma mesma família para governar a cidade e que ela ganha muito mais quando expurga oligarquias e gestões autoritárias acostumadas a estar sempre no poder.

De maneira inédita o PT chegou a assumir interinamente o Executivo. Como prefeito, quais foram as ações que o senhor implementou?

Entre as nossas ações privilegiamos o diálogo com a sociedade. Durante os dez dias do nosso governo interino, fizemos questão de deixar a marca da relação de respeito e de diálogo. Convidamos desportistas para discutir a municipalização do nosso estádio de futebol, logo em seguida aprovada pelos vereadores em sessão extraordinária convocada em nossa interinidade. Conversamos com os artistas para dar continuidade a discussão sobre a política cultural da cidade, como fomento e o Conselho Municipal de Cultura, bem como com a OAB e a Associação dos Contabilistas antes de viabilizarmos a aprovação na Câmara de alterações no Código Tributário do Município. Recebemos o Sindilimp para discutir melhorias para os servidores terceirizados da limpeza pública. E pautamos oficialmente com o Governo Estadual o repasse de equipamentos para o município, visando à viabilização do Programa Federal "Crack é Possível Vencer". Estreitamos a parceria de Mossoró com o Governo Dilma, através da Senadora eleita Fátima Bezerra (PT), conseguimos um grande investimento para a cidade assinando com a Caixa Econômica Federal um contrato em valor de R$ 41 milhões para a readequação da Avenida Rio Branco, garantindo melhorias na mobilidade urbana e no lazer dos mossoroenses. Vale citar que no diálogo e ação concreta, conseguimos fechar um acordo que encerrou uma greve de 101 dias dos agentes ambientais. Asseguramos ao Ministério da Cultura a doação de um terreno de 3.000 m², onde será construído o Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU). Portanto, avaliamos como boas as nossas iniciativas e ações para um período tão curto de dez dias de interinidade, que deixou a marca do que o PT pode fazer por Mossoró.

Qual projeto em especial considera urgente para melhorar a infraestrutura do município?

A mobilidade urbana é uma pauta atual e Mossoró tem uma carência enorme. Temos

que avançar no setor de transporte público, porque sofremos com a falta de ônibus e de linhas, precisamos corrigir distorções nos projetos executivos do Complexo Viário da Abolição, que é de responsabilidade do Estado com recursos federais. A obra se arrasta há cerca de 5 anos e está quase pronta, mas tem problemas nos viadutos e sofre com a falta de iluminação, de marginais e de passarelas de pedestres.

Durante décadas o PT sabia dos problemas em áreas importantes como educação, saúde e segurança, agora que pode contribuir com a gestão, já existem ações sendo implementadas em prol destes setores?

Na educação, a gestão permanece reformando escolas e unidades de ensino infantil. Nós estamos lutando em conjunto com a senadora eleita Fátima Bezerra para trazer para Mossoró creches que são construídas pelo Governo Federal e para isso cabe ao município doar os terrenos, contando com o apoio de Brasília para a liberação dos recursos. O PT foi importante no processo que trouxe kits com veículos, computadores, impressoras e outros equipamentos para os nossos conselhos tutelares. Também estamos atentos à questão da segurança, reforçando parcerias com o Estado e a União que trarão recursos e projetos para garantir a redução da violência na cidade. Na Saúde, foi nesta gestão que foi inaugurada uma UPA na zona sul que custou milhões, mas que estava abandonada pela gestão passada. Hoje ela atende milhares de mossoroenses, oferecendo serviços de pequena e de média complexidade.

Como tem sido a relação e a participação do PT no governo municipal?

Compomos um governo de coalizão com dez partidos em que o PT não é o protagonista. Isso nos dá a dimensão da complexidade e o desafio de disputar os rumos da gestão. Democracia e inversão de prioridades em benefício de setores da sociedade historicamente excluídos são pautas em que precisamos avançar. O PT está na titularidade de duas Secretarias: Cultura e Segurança e Defesa Civil. E essas pastas, mais do que o governo como um todo, desejam implementar as propostas petistas e, principalmente, uma nova concepção de cultura e segurança pública.★

2016 está logo aí

"Márcio Pochmann deve ser nosso candidato a prefeito em 2016", afirma Adriano Bueno, dirigente do PT Campinas, nesta entrevista ao Página 13.

Página 13 - Campinas é uma cidade boa para se viver?

Adriano Bueno - Gosto muito de Campinas. E é justamente por gostar da cidade e conhecer seus potenciais que lamento pelo quanto a vida aqui poderia ser melhor. É uma cidade que abriga cerca de 1 milhão e 200 mil habitantes, com universidades importantes, indústria e comércio pujantes. Nos últimos 10 anos, de 2005 até hoje, perdemos grandes oportunidades. O PT governou Campinas com Toninho/Izalene, assumindo em 2001 durante a crise do governo FHC (PSDB) uma prefeitura endividada pelo antecessor, o malufista Chico Amaral. Botamos a casa em ordem. Quem veio depois assumiu durante os melhores anos do Governo Lula, com muitos investimentos na cidade e uma economia nacional em crescimento. Poderíamos ter elevado muito mais a qualidade de vida através de investimentos em políticas públicas de saúde, educação, assistência social e cultura. O que vimos foi um escândalo de corrupção que levou à cassação de Helio de Oliveira (PDT) e abriu caminho para o retorno do PSDB ao poder através de um plano B, o ex-tucano Jonas Donizette (PSB).

Para além da falta de criatividade, da sensação de que paramos no tempo em relação às iniciativas que outras cidades têm desenvolvido, há também a incompetência na gestão da máquina naquilo que é básico. Convenhamos, um governo que é responsável pela maior epidemia de dengue da história da cidade de Campinas - mais de 40 mil casos confirmados - paralelamente a uma das maiores estiagens que já vivenciamos, com crise hídrica inclusive, só pode ter algum problema. Tudo isto num momento em que no plano federal as políticas públicas do Ministério da Saúde conseguiram uma redução de 80% dos casos de dengue no país. O fato é que o governo Jonas/PSDB não foi capaz de garantir a prevenção da proliferação do mosquito: o número de agentes de saúde não foi suficiente e faltaram equipamentos básicos como botas de PVC, máscaras e filtros. Este cenário já havia sido previsto por setores do movimento social de saúde, como mostram as denúncias e apelos do Conselho de Saúde, assim como as cobranças do Ministério Público.

Em um momento em que a juventude desperta para a luta por mais direitos, com enfoque especial para o direito à mobilidade, nosso governo municipal segue atrelado aos interesses da máfia das empresas do transporte. A demissão em massa dos cobradores submeteu os motoristas à dupla função, aprofundando a insegurança no trânsito e inserindo milhares de trabalhadores no desemprego. Mesmo sem os cobradores, a tarifa foi reajustada pela segunda vez nos últimos seis meses, subindo de R$ 3 para R$ 3,30 e depois para R$ 3,50. Ou seja, nosso transporte é ainda mais precário e continua mesmo assim sendo um dos mais caros do país.

O governo municipal é uma coligação de socialistas com social-democratas. Esses partidos não deveriam fazer uma política de bem-estar social?

Adriano Bueno - Acontece que o PSDB, apesar de possuir a expressão "social-democrata" em sua sigla, se mostrou na prática um partido neoliberal. As privatizações (e a privataria, uma modalidade de privatização onde alguns ficam milionários) ocupam o centro de seu programa. Governam para os ricos, sem preocupação com a redução das desigualdades sociais, sem interesse em reduzir os abismos sociais produzidos pelo capitalismo. Para eles, o Estado é o quintal da burguesia, servindo apenas como mais um mecanismo para a gestão de seus negócios. No caso de Campinas, o PSDB é controlado pelo responsável pelas estripulias jurídicas da campanha do Aécio Neves, o Deputado Federal Carlos Sampaio.

Já o PSB é um apêndice do PSDB no estado de São Paulo há muito tempo. Jonas Donizette, o atual prefeito, começou na política no PSDB, onde elegeu-se vereador. Depois, saiu do ninho tucano para o PSB em busca de legenda, sem romper programaticamente com o PSDB. Prova disto é o fato

dele ter sido líder de governo do tucano José Serra na Assembléia Legislativa de São Paulo, quando foi Deputado Estadual. O PSDB é apoiador de primeira hora do Jonas, indicou o Vice, ocupa postos chave no governo municipal e a influência neoliberal é visível nas iniciativas políticas que o prefeito toma. Durante todo o ano de 2014 Jonas Donizette blindou Alckmin irresponsavelmente ao não estabelecer racionamento na cidade, como aconteceu em diversas cidades vizinhas, para não expor a crise hídrica nas vésperas das eleições. Para ele, preservar a imagem do governador estava acima dos interesses do povo de Campinas na gestão dos recursos hídricos. Depois, durante a campanha eleitoral presidencial de 2014 ficou ainda mais explícita a relação entre o prefeito e o PSDB: Jonas Donizette participou pessoalmente de uma atividade de campanha de Aécio Neves em Campinas, mesmo tendo Marina Silva como candidata de seu partido, o PSB. No segundo turno, Jonas declarou apoio a Aécio antes mesmo de Marina Silva e o PSB se pronunciarem oficialmente.

Assim como não há social-democracia nenhuma em Carlos Sampaio, não há socialismo nenhum em Jonas Donizette. Ambos são as duas faces da mesma moeda da atual direita brasileira e a única possibilidade de haver uma alternativa à esquerda viável nas próximas eleições em 2016 é o PT apresentar Marcio Pochmann como candidato. O que vemos aqui é a velha receita neoliberal: aprofundamento das terceirizações; o esvaziamento sistemático dos mecanismos de participação popular e controle social; a privatização do projeto pedagógico na rede municipal; esvaziamento do Programa de Saúde da Família, com a medicina preventiva perdendo espaço para a mercantilização da saúde. Resumindo, é mais mercado e menos Estado presentes em nossas vidas na cidade de Campinas. Claro as propagandas enganosas que o governo Jonas tem colocado na TV falam de outra coisa, falam de melhoria no atendimento nos hospitais e também na Educação.

Se o povo vive mal e se o governo é ruim, isto significa que o Márcio Pochmann será eleito prefeito em 2016?

Adriano Bueno - A disputa pelo governo do estado de São Paulo nos comprova que não basta uma gestão ruim da direita para que a esquerda vença as eleições. É preciso fazer oposição sistemática durante 4 anos, com muita fiscalização, com debate propositivo e diálogo constante com os movimentos sociais. Em outras palavras, é necessário construir-se como alternativa de esquerda e o PT de Campinas não tem feito isto. Somos o maior partido de esquerda da cidade nos movimentos populares e na classe trabalhadora. Temos militantes organizados e combativos atuantes em diversas frentes de luta, uma bancada de 4 vereadores, mas o partido enquanto tal não assume um protagonismo político que o leve a ocupar seu devido espaço no imaginário da população.

Cada vez mais parecido com o PT estadual, inclusive sendo dirigido por uma maioria ligada à corrente majoritária CNB (Construindo um Novo Brasil), que recentemente se juntou ao PTLM (Partido de Lutas e de Massas) e ao Novo Rumo, o PT de Campinas vai se adaptando ao calendário exclusivamente eleitoral, deixando de ser um partido militante, instrumento de luta dos trabalhadores, para converter-se em mais uma legenda.

O PT está apequenando-se e já não é nem sobra do partido vibrante que já foi em Campinas. A maioria que dirige o PT de Campinas hoje foi capaz de garantir a cotização de mais de 3.000 filiados para votar no último PED, mas é incapaz de colocar 30 pessoas em uma atividade do partido em praça pública, o que mostra o grau de degeneração, passividade e burocratização a que chegamos.

Para superar este processo de "peemedebização", o PT de Campinas deve se rearticular com os movimentos sociais, com os sindicatos, recuperar a militância que se distanciou, denunciando para a cidade o caráter conservador e elitista do goveno Jonas/PSDB, aprofundando seu debate democrático e sua formulação programática, reinserindo-se enquanto partido nas lutas populares e voltando a ser o legítimo porta voz da mudança na cidade de Campinas desde já, para que cheguemos no início do processo eleitoral de 2016 prontos para o embate com a direita.★

Marcio Pochmann, em atividade de campanha em 2012, quando disputou o segundo turno para a prefeitura de Campinas

Não há mais latifúndio no Brasil ou se respeitará a função social da terra?

*Olavo Carneiro**

A questão agrária e agrícola no Brasil no âmbito dos ministérios é referenciada nos MAPA e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O Ministério do Meio Ambiente (MMA) configura em um terceiro ministério de grande importância vide a centralidade da questão ambiental hoje[1].

Nada mais sintomático dos limites do governo de coalizão e da estratégia de conciliação de classes que marcam os governos encabeçados pelo PT até então do que as posições manifestadas pelos ministros Kátia Abreu (MAPA) e Patrus Ananias (MDA) nos primeiros dias do novo governo Dilma.

Em entrevista à *Folha de S.Paulo (5/1/2015),* a nova titular do MAPA afirma que no Brasil "latifúndio não existe mais", que vai "condenar invasão, sempre" e que "tem MST que invade, isso é ilícito". Resume os conflitos agrários indígenas ao deslocamento destes das florestas para áreas de produção. Essas e outras afirmações expressam parte do pensamento das classes e grupos dominantes acerca do campo brasileiro e nosso desenvolvimento rural, o oposto dos programas do PT desde a sua fundação.

Este antagonismo programático e ideológico, de classe, ganharia destaque especial com o discurso de posse do novo ministro do MDA defendendo a regulamentação da função social da propriedade da terra (esperada desde 1988), bem como a defesa que faz da alteração do Índice de Produtividade das propriedades rurais[2] em entrevista ao jornal *Valor Econômico (3/1/2015)*. Questões que orientam as lutas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e norteiam projetos de igualdade e justiça social há muito tempo.

Das duas declarações não é possível tirar uma mediação, um denominador comum, por mais que uma retórica conciliatória tente. O segundo governo Dilma ou bem diminuirá a brutal concentração fundiária afetando os interesses de vários setores latifundiários ou manterá e até aprofundará a dominação e exploração no campo brasileiro.

Kátia Abreu: uma ministra de classe

Quem é Kátia Abreu histórica e socialmente

A ruralista e representante do agronegócio Kátia Abreu, titular do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA, é uma grande pecuarista do Tocantins que galgou os passos comuns de outras lideranças patronais rurais do Brasil.

Da administração dos negócios da família inicia o papel de "representante de classe" ao assumir em 1994 a presidência do sindicato rural[3] de Gurupi, terceira maior cidade do estado. Em seguida assumiu a Federação Estadual de Agricultura e Pecuária do Tocantins, a presidindo por quatro mandados consecutivos (1995-2005). Disputou um mandato de deputada federal em 1998 pelo PFL e como suplente assumiu o mandato em 2000, para no ano seguinte já presidir a bancada ruralista (formalmente conhecida como Frente Parlamentar da Agricultura). Reeleita em 2002 como a deputada federal mais votada no Tocantins e terceira no país, foi uma das organizadoras do Tratoraço em Brasília. Eleita senadora em 2006, foi a relatora da CPMF que culminou com a extinção da contribuição em 2007, uma das grandes derrotas do governo Lula. Em 2008 é eleita pela primeira vez presidente da CNA e reeleita em 2011 e 2014. Reeleita senadora em 2014, assume o MAPA em 2015.

Representante direta dos grandes pecuaristas e proprietários de terra, ela tem relação orgânica com os grandes produtores de *commodities* agrícolas e com o setor sucroalcooleiro. Como sujeita econômica e política da pecuária nacional, trava uma disputa intraclasse com os grandes frigoríficos contra a concentração no setor (especialmente a JBS que trabalhou contra a sua nomeação). Como representante dos produtores especialmente de grãos, disputa os rumos da tributação e marco legal dos agrotóxicos no país, enfrentando de um lado o monopólio de multinacionais de insumos agrícolas e de outro lado ambientalistas e movimentos sociais que defendem maior restrição aos agrotóxicos visando a superação do atual modelo de produção na direção da produção orgânica e agroecológica.

Kátia Abreu sempre combateu qualquer proposta percebida como ameaça a propriedade da terra, pois a mesma é vista como um direito absoluto, acima de qualquer outro. Qualquer regulação que condicione a propriedade e uso da terra sempre sofreu resistência e enfrentamento das classes dominantes no Brasil. Medidas e leis na direção de combate ao trabalho escravo, demarcação de terras indígenas, respeito às leis trabalhistas, preservação e conservação do meio ambiente serão duramente combatidos por Kátia Abreu, pois são vistas como tentativas de condicionar o direito de pro-

priedade. Uma boa síntese dessa visão é resumida nesta afirmação em entrevista da então senadora à revista Veja em 2010:

> *"Quero fazer um desafio aos ministros do Trabalho, do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário: que eles administrem uma fazenda de qualquer tamanho em uma região de nova fronteira agrícola e tentem aplicar as legislações trabalhistas, ambientais e agrárias completas na propriedade. Mas não podem fazer milagre, porque nós vamos acompanhar. Se, depois de três anos, eles conseguirem manter o emprego e a renda nessa propriedade, fazemos uma vaquinha, compramos a terra para eles e damos o braço a torcer, reconhecendo que estavam certos."*

Como deputada e senadora, foi árdua articuladora da não aprovação de marco legal rígido contra o trabalho escravo, inicialmente resistindo à PEC 57A/1999, depois condicionando sua aprovação a posterior regulamentação. Na entrevista acima citada, ela dizia: "a norma usada pelo governo para definir trabalho escravo é uma punição à existência da propriedade privada no campo". Atualmente o agronegócio atua por uma regulamentação que estabeleça um conceito de trabalho escravo que torne a lei inócua.

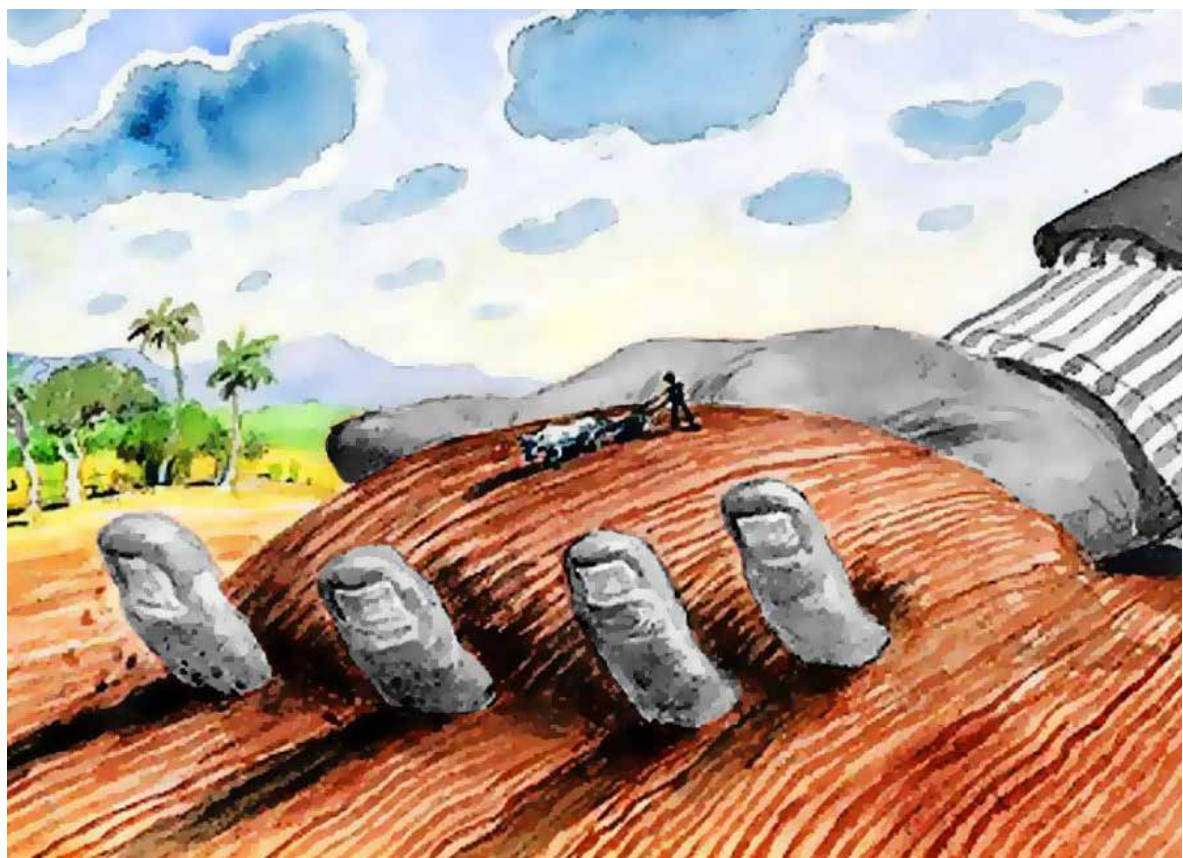
Já sobre as terras indígenas, com o núcleo duro da bancada ruralista no Congresso Nacional (composto por senadores como Ana Amélia e Blairo Maggi) e outros representantes do agronegócio, Katia Abreu fortaleceu o movimento pela aprovação da PEC 215, que transfere do Poder Executivo para o Legislativo a prerrogativa de demarcação de terras indígenas, alteração entendida como caminho para estagnar as demarcações.

Do ponto de vista de projeto de desenvolvimento rural para o país, a nova ministra não chega a ser uma novidade no MAPA, significando a continuidade do compromisso do ministério com a promoção e fortalecimento de uma agropecuária baseada na monocultura em grandes propriedades e voltada para a exportação, onde médias e pequenas unidades de produção são vistas como complementares no processo de exploração da renda da terra e da mais valia, política e socialmente importantes para a manutenção de hegemonia das classes e grupos sociais dominantes do campo.

Sua nomeação não representa uma mudança programática e ideológica no MAPA, contudo, significa a presença na Esplanada de um dos quadros mais empenhados pelas pautas mais conservadoras do patronato rural brasileiro. Um quadro que encarna sem maiores mediações o que há de mais retrógrado em temas sobre desenvolvimento rural, direitos humanos, direitos trabalhistas e respeito ao meio ambiente. Não quero com isso dizer que há setores "modernos" e "atrasados" no campo, pois os mesmos que são vistos com práticas tecnológicas avançadas e respeito às leis trabalhistas e ambientais em um lugar, praticam o trabalho escravo e desmatamento em outro. O "moderno" e o "atrasado" são partes complementares da exploração capitalista no Brasil. Porém Kátia Abreu é a expressão nua e crua desta face mais retrógrada, sem embaraço ou constrangimento.

Os interesses do agronegócio são multifacetados, mas tem como alicerces comuns a ideia de um Estado provedor (ainda que se pratique um discurso liberal) e a defesa do direito absoluto da propriedade. Na questão fundiária, a unidade de classe é profunda, com diferenças nas funções e formas de atuação. Na Nova República, a UDR e grupos locais promoviam o enfrentamento direto com os sem-terra, enquanto a CNA, OCB e SRB, organizados na Frente Ampla da Agricultura, agiam mais via *lobby* nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

No inicio do governo Lula assistimos o retorno do acirramento dos conflitos agrários, com o patronato rural novamente promovendo enfrentamento direto através da UDR, Movimento Nacional dos Produtores (MNP) e grupos locais, simultaneamente ao *lobby* da CNA, OCB e organizações por produto e multiproduto. Mas organizações, movimentos e empresários tidos por muitos como "modernos", muitas vezes eram os que financiavam (e financiam) as ações diretas dos chamados "atrasados". No limite todos se aliam no discurso e na prática, como bem demonstrou a declaração em 2003 do então ministro da Agricultura Roberto Rodrigues, baluarte da modernidade do agronegócio: "Quem não defende o que é seu não tem o direito de ter". Porém, o trabalho "sujo" é deixado para organizações como a UDR.

Kátia Abreu é reconhecida e se faz reconhecer como a linha mais radical na forma de atuar por seus interesses de classe, oposta a uma reforma agrária e demais temas norteadores de um projeto de transformação da sociedade na perspectiva de superação das nossas desigualdades e um desenvolvimento realmente sustentável.

Qual será o rumo do governo Dilma na questão agrária e agrícola?

Um projeto de esquerda no segundo governo Dilma precisa avançar na efetivação da função social da propriedade da terra; numa regulamentação que impeça o trabalho escravo; na reforma agrária; no fortalecimento do orçamento do MDA e Incra; na universalização da extensão rural para a agricultura familiar e camponesa; na superação da concepção que separa pequenas unidades familiares entre aquelas fadadas a subsistência, enquanto que as fadadas ao "desenvolvimento" se incorporam ao agronegocinho; na alteração dos Índices de Produtividade; na ampliação da produção orgânica e agroecológica.

Mesmo no sentido mais rebaixado é um grande erro sua nomeação, pois não foi e não é capaz de hegemonizar o chamado agronegócio nacionalmente. Nas eleições de 2014, os estados com forte base do agronegócio votaram e se mobilizaram contra a candidatura Dilma Roussef, com exceção do pouco expressivo eleitoralmente Tocantins. A bancada ruralista continuará a se comportar como sempre o fez, em oposição ao governo e condicionando votos em certas matérias ao atendimento de suas pautas, que se opõem ao programa do PT. Sua nomeação sequer é apoiada pelo PMDB, seu atual partido. Enquanto Katia Abreu substitui no ministério os indicados de Eduardo Cunha, a bancada ruralista declara apoio à candidatura do mesmo a presidente da Câmara.

Nomear Kátia Abreu é fortalecer literalmente o inimigo na dura luta que se terá pela frente para "mudar mais" o país de modo a melhorar a vida "dos de baixo". Para o governo Dilma minimamente executar os objetivos listados acima e honrar compromissos de campanha, a ministra da Agricultura terá que trair seus interesses de classe ou veremos a sua demissão abrindo as tão temidas crises que poderiam ser evitadas.★

***Olavo Brandão Carneiro** é doutorando do Programa de pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

NOTAS

1 Alem dos três ministérios citados, de alguns anos para cá, também possui relevância o MDS por ele passar maior parte dos recursos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Pela proporção que assumiu os conflitos indígenas e as persistentes práticas de trabalho escravo a SDH, MJ e MTE configuram pastas presentes de alguma forma nos debates de políticas setoriais que envolvem o campo brasileiro. As pastas responsáveis pela economia são centrais, já que as políticas macroeconômicas influenciam e definem as políticas setoriais. Políticas macroeconômicas podem efetivar ou alavancar uma desconcentração fundiária ou alterar matriz produtiva como observamos no Brasil nos anos 1960 e 1970 durante a modernização conservadora da agricultura.

2 Índice de Produtividade da propriedade rural são parâmetros fixados pelo governo federal para classificar uma propriedade como produtiva ou improdutiva. Cabe ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) avaliar se a área não cumpre função social, e neste caso o governo pode iniciar o processo de desapropriação e destiná-la à reforma agrária. Os Índices em vigência têm por base dados de produção de 1975, quarenta anos atrás. Para ficarmos em dois exemplos o rendimento médio da cana-de-açúcar aumentou 65% e da soja foi de 53%. Apesar de todos os avanços tecnológicos e aumento de produtividade amplamente conhecidos e reivindicados pelo agronegócio como prova de sua eficiência, ruralistas fazem oposição ferrenha a qualquer alteração dos defasados Índices de Produtividade.

3 A representação sindical no campo brasileiro é dividida entre o sistema CNA e o sistema CONTAG. O primeiro é a representação patronal organizada em sindicatos rurais, federações estaduais e confederação nacional. O segundo sistema é o de trabalhadores organizados em sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, federações estaduais e confederação nacional. Além da representação sindical, há um conjunto de outras formas de organização e representação no e do campo brasileiro, entre as mais conhecidas o MST e a UDR.

GOVERNO DILMA

Os perigos do "Katia Lá"

*Diego Pitrini**

Sim. Embora possa soar um pouco ruim aos ouvidos da militância petista, a presença da senadora Katia Abreu no ministério de um governo nosso é produto de uma estratégia popularmente conhecida como "Lula lá".

Tal estratégia pode ter sido parcialmente responsável por muitos ganhos sociais ao povo brasileiro, mas tem consequências profundas sobre nossas possibilidades de seguir um caminho futuro no mesmo rumo.

A presença de Katia Abreu, Joaquim Levy e Barbosa em um governo eleito a partir da mobilização popular, em um momento extremamente acirrado da luta de classes no país, significa uma opção, pelo menos momentânea, de não mudar de estratégia, e dar ainda mais poder a falsos aliados que lutam para derrotar o nosso projeto político todos os dias.

Desde de o início das especulações até agora, diversas foram as interpretações e reações sobre a indicação da nova ministra da agricultura. Em geral, na esquerda e nos movimentos sociais do campo as posições majoritárias são de rejeição, decepção e até mesmo do sentimento de traição em relação à indicação feita pela presidenta Dilma. Mas também não faltam os que acham que deveria ser assim mesmo, que Dilma montou um "grande ministério". Mas essa não parece ser uma posição majoritária, pois se esperava algo mais parecido com a campanha na composição ministerial, com menos concessões.

Outra observação, não menos importante, é que do lado de lá quase ninguém comemorou a indicação. Desde setores agroindustriais que apoiaram a eleição da presidenta como o grupo JBS, passando por todas frações da elite agrária que não nos apoiaram e até mesmo vislumbrando as relações internas do nosso "aliado" PMDB podemos dizer que a indicação da ministra não "agregou" força a coalização de governo.

A nova ministra não é apenas um símbolo, ela é uma dirigente muito qualificada e não representa o atraso, mas o que há de mais moderno do programa de nossos inimigos, e é nisso que residem as maiores ameaças

Essa nítida “opção pelo desgaste” contido na indicação da ministra possui motivos que tem sido, ao que parece, corretamente especulados nas trincheiras da militância.

É verdade que Katia Abreu fez mais campanha para a presidenta que os antigos ministros, que em geral foram apoiadores tímidos (ou as vezes nem isso) das campanhas presidenciais. Esse é o caso do gaúcho Mendes Ribeiro filho, por exemplo, que pouco ou nada apareceu na campanha da presidenta, e ainda teve a ampla maioria de seu partido no seu estado fazendo campanha para Aécio. Ou do ex-ministro (de Lula) Roberto Rodrigues, que em 2014 apoiou Aécio.

Também é verdade que o PT ganhou um senador nessa composição, mesmo que o fato de ter indicado um suplente de uma das principais inimigas dos movimentos sociais do campo seja uma grande contradição. Além disso, a tese que impera é a de que ter ministros influentes poderá neutralizar a perda de espaço no congresso.

Todas estas justificativas me parecem ao mesmo tempo importantes e preocupantes, principalmente por que são movimentações no mínimo “arriscadas”. Contudo, acredito que devamos tratar de outras questões, as do futuro.

Que não queríamos “Katia lá” não esqueceremos, porém é necessário compreender o que de fato representa essa indicação, quais os seus perigos e como resistiremos ao que vem por ai, pois mesmo que este governo seja um “gobierno de mierda” ainda será o nosso governo, eleito por nós. Sua derrota, será, de qualquer forma, nossa derrota.

Apenas a angústia e a repulsa não serão suficientes para enfrentar o que teremos pela frente, é necessário fazer análise concreta da situação concreta para construir um “plano geral de guerra” onde o inimigo não triunfe sobre nós através da surpresa. Logo, considero fundamental que não sejamos enganados por uma aparência e nem que subestimemos “um inimigo habilidoso em nossas fileiras”.

Aparentemente os diversos setores do chamado agronegócio estariam divididos, sendo que Katia Abreu seria uma possibilidade orientada por uma via nacional desenvolvimentista.

Que existem cisões e disputas entre os representantes das oligarquias e empresários do complexo agroindustrial não temos dúvida. Porém o que apreendemos com a história do Brasil é que essas disputas não

envolvem questões estruturais. Entre eles existe consenso em manter forte subordinação tecnológica e econômica aos oligopólios internacionais. Também existe consenso acerca da propriedade fundiária como direito inalienável, e o espaço dado aos sem-terra e aos chamados povos tradicionais.

Existem sim alguns mais espertos do que outros. E em se tratando de inteligência Katia Abreu não pode ser subestimada. A nova ministra é uma das mais ousadas dirigentes da direita nacional, sendo uma intelectual que escreve periodicamente para colunas dos principais jornais do país e é “apenas” a principal articuladora da luta institucional das elites rurais brasileiras nos últimos anos.

Mais do que isso, Katia Abreu, como toda dirigente de direita qualificada entende que sua dominação depende da sua capacidade de dirigir a maioria.

Diferente do que pensam alguns militantes do petismo, não teremos apenas uma mudança simbólica no ministério, onde o conteúdo da política seguirá o mesmo. Pelo histórico e pela base social dos sindicatos onde Katia Abreu tem influência, o ministério tende a se transformar numa poderosa arma de disputa de uma base social que foi beneficiada nos governos do PT.

A maioria dos agricultores brasileiros é de pequeno e médio porte, e o sucesso da direita no campo depende também de influenciá-los amplamente. Isso com certeza explica alguém que até o fim do segundo mandato do presidente Lula era linha de frente da oposição ficar tão confortável em assumir um dos maiores ministérios no governo do PT para “dobrar a classe média rural brasileira”.

Alguns setores do ruralismo dialogam apenas entre si, enquanto outros tem aumentado os esforços para dirigir a maioria das pessoas do campo, os agricultores familiares.

Este segundo setor é o de Kátia Abreu, que se esforça para construir a aparência de uma “pauta rural” onde todos ganhariam, a começar pelas indústrias internacionais que controlam o mercado de alimentos e de insumos para a produção agrícola, passando pelos grandes proprietários e a chegar nos pequenos e médios.

É sintomático que uma grande parte dos pequenos proprietários rurais esteja guiada por ideias conservadoras, e que tenha opiniões semelhantes à de grandes proprietários fundiários, sendo inclusive filiados aos sindicatos vinculados a CNA. As relações sociais de produção associadas a lógica da propriedade privada da terra são determinantes para isso.

Claro que há outras posições, que se expressam nos diferentes movimentos de trabalhadores rurais, motivados em geral pela dupla constante expropriação realizada pelos grandes proprietários de renda e de terra, seja através da competição econômica, seja pelo uso da força militar.

Contudo, para além da expropriação e da repressão, o Estado sempre possuiu políticas de contenção social relativamente eficientes para as disputas no campo brasileiro. Os dois maiores instrumentos disso estão na ponta de lança do discurso da nova ministra: a assistência técnica e extensão rural (ATER); e um sistema de educação voltado a trabalhadores rurais.

O primeiro tem o papel de “educar” os pequenos proprietários e o segundo os trabalhadores assalariados. Nos dois casos, a experiência da nova ministra na escola do Sistema Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) contará em muito.

No caso da ATER a ministra tende a disputar espaço com o MDA no atendimento aos pequenos e médios, dando a eles através de processos de "educação não formal" as orientações políticas e produtivas de seu ministério.

A recém-criada Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) terá seu presidente indicado pela Embrapa, que é uma autarquia do ministério da agricultura. A ANATER contratará prestadoras de serviço para realizar os serviços de ATER, sendo que é possível que as entidades ligadas a CNA, como o próprio SENAR e outras, acessem a maioria dos recursos.

Desde o período imperial o ministério da agricultura, dirigido pelas oligarquias do país, sustenta a existência de sistemas de educação formal rural com escolas e institutos. Desde esse período a proposta é a mesma: formar trabalhadores subordinados ao processo de exploração das áreas agrícolas brasileiras, atendendo aos interesses das elites rurais e do mercado internacional. Não é a toa que o SENAR, mesmo sendo um órgão de classe dirigido pela CNA, seja sustentado completamente por dinheiro público recolhidos de impostos. Colocar toda a máquina pública, incluindo a própria Embrapa, a serviço da "Escola Brasileira do Profissional da Agricultura e Pecuária" com certeza fortalece em muito os dominantes do campo.

Outro ponto nevral da disputa é a questão ambiental. Por possuirmos uma economia agrária subalterna a um polo de produção de insumos e ao controle do mercado alimentar, que é dirigido por poucos oligopólios transnacionais, a renda fundiária no Brasil sempre foi mantida sob margens pequenas. Todas as vezes que a produtividade aumenta, os insumos aumentam, e os preços das commodities baixam. Isso força aos latifundiários brasileiros ter como principal saída da expansão de sua renda a expansão da área de produção. Em um determinado momento essa expansão se deu expropriando terras dos mais pobres, depois em áreas menos povoadas e anos últimos 20 anos tensiona em grande escala as áreas de preservação ambiental. Não é a toa que a ministra afirme que "é necessário adequar a política agrícola as regiões norte e nordeste", e que a "água será o mais novo produto do agronegócio". A intensificação da degradação e a entrega das riquezas naturais as "soluções de mercado" é o que nos espera.

Katia não é apenas um símbolo, é sim um perigo, mas diferente do que dá entender Igor Felippe Santos, em seu texto publicado no sitio *Brasil 247* em dezembro, também não representa o atraso dos tradicionais latifundiários.

É verdade que Kátia Abreu não representa interesses nacionais. A maior prova disso é que em nenhum discurso depois da posse a ministra falou de indústrias. Afinal, possuímos uma economia agrária que importa tecnologia e insumos de alto valor agregado e exporta matéria-prima. O mínimo seria tratar saídas ao assunto. Essa posição em parte explica a posição do grupo JBS sobre a indicação de Dilma. A pauta da ministra tem muito mais vinculação com abrir mais espaço para a competição das transnacionais no país, seja "desburocratizando" o registro de agrotóxicos, seja reduzindo os custos de "operação e importação" de produtos. A ANVISA estará sobre forte ataque, bem como a transferência de recursos monetários e tecnológicos do poder público para a iniciativa privada estarão em alta na construção do "sistema de defesa agropecuária".

Mas isso não significa que a ministra seja o "atraso" e que seja uma "latifundiária tradicional". Em minha opinião Katia Abreu representa o que existe de mais moderno no programa das elites rurais brasileiras que são subalternas à burguesia internacional. Ela representa fielmente o projeto destes dois setores para o campo brasileiro. A história do Brasil pré-golpe militar mostra nitidamente essas propostas em disputa. Naquela ocasião o representante da proposta de "modernização conservadora" do rural brasileiro era Delfim Neto.

Com o triunfo de nossos inimigos temos uma coisa a apreender: toda vez que um processo de modernização conduzido pelos dominantes avança, nosso projeto de modernidade perde espaço. A reforma agrária, a soberania alimentar, a agroecologia, a agroindustrialização e a indústria de insumos nacional perdem com o fortalecimento das soluções deles do lado de lá. Chamar Katia Abreu de atrasada, é para mim subestimar erradamente a capacidade modernizadora deste setor que mudou muito nos últimos 50 anos. È ingenuamente cair no mito do progresso positivista e não compreender que todas as modernizações possuem ideologia.

Katia Abreu escreve (com muita ironia) tudo que repito aqui no dia 13 de janeiro de 2015, em sua coluna no jornal *Folha de S. Paulo* no texto intitulado "Ideologia? Só durante as férias".

Além de afirmar com todas as letras o que pretende fazer, a nova ministra aproveita para ironizar a esquerda descontente com sua indicação. Além disso, no governo de uma ex-guerrilheira, trata os atuais militantes de esquerda da mesma forma como foram tratados na ditadura militar os movimentos sociais do campo. Ao afirmar que todos que quiserem trabalhar e produzir "dentro da lei" terão o apoio do ministério, Katia Abreu repete sua opinião de que são criminosos os que ocupam terra.

Em síntese considero importante reafirmar os elementos centrais dessa realidade que estamos enfrentando: não há divisão no consórcio do chamado agronegócio em relação ao projeto de país, o projeto de seus dirigentes não é nacional, e está sendo imposto a nós "por dentro e por fora do governo". A nova ministra não é apenas um símbolo, ela é uma dirigente muito qualificada e não representa o atraso, mas o que há de mais moderno do programa de nossos inimigos, e é nisso que residem as maiores ameaças. A estrutura do ministério será intensamente usada para disputar a base social que foi beneficiada por nossos governos nos últimos anos, sendo os principais frontes de "grandes batalhas" os recursos e instrumentos de educação formal e não formal para trabalhadores rurais assalariados e pequenos proprietários. Corremos o risco de pagarmos o alto preço de permitir a intensificação da destruição e mercantilização das riquezas naturais e da facilitação do aumento do consumo de agrotóxicos no país. E o que é pior, desmoralizamos nossa tropa que foi para a rua e enfrentou a direita em defesa de nosso governo na campanha, ao entregar um setor tão estratégico a uma representante tão raivosa do lado de lá.

Enfim, os perigos de "Katia Lá" são uma expressão da estratégia "Lula Lá". Estamos sendo soterrados por uma proposta "ingênua" de conciliação de interesses antagônicos, onde cada vez mais os o projeto dos dominantes nos tira espaço.

Assim como não existem doses seguras de ingestão de veneno, não existem doses seguras de erros na luta política: errar é sempre perigoso. Mas se existissem (assim como existem para agrotóxicos) "limites de tolerância" a erros políticos, certamente já teríamos ultrapassado as doses seguras, e estaríamos muito próximos da "ingestão letal".★

***Diego Adolfo Pitirini** é engenheiro agrônomo, militante da AE e do PT-RS

CPERS: a conjuntura e os nossos desafios

*Ananda de Carvalho**

É percebido entre os membros da categoria, meios de comunicação, gestores públicos e demais trabalhadores/ as que a direção do Cpers/ Sindicato tomou novos rumos a partir da troca da sua diretoria em agosto de 2014.

Em alguns meses de gestão avançou-se nas conquistas para a categoria com diálogo e negociação. Conquistou-se, entre outras demandas, a realização de um concurso público para funcionários/ as de escola e o reenquadramento de funcionários/ as que estavam fora do plano de carreira. O Cpers participou das discussões a respeito do Plano Estadual de Educação e voltou a intervir em fóruns nacionais, em especial, da CNTE, integrando-se aos debates mais gerais sobre educação e sociedade, buscando sair do isolamento político que a entidade se encontrava. O Sindicato contribuiu na construção da Marcha pela Democracia e Reforma Política, que ocorreu em dezembro de 2014, junto com a CUT, demais Centrais Sindicais e Movimentos Sociais, assim como se empenhou na realização do Plebiscito pela Constituinte.

A respeito do novo governo de José Ivo Sartori (PMDB), o Cpers já demonstrou ter muitas preocupações, para além do deboche feito durante a campanha, quando o Governador, ainda candidato, em entrevista ao site Terra, mandou os professores buscar o Piso Salarial do Magistério em uma loja de materiais de construção.

O mais preocupante ocorreu logo no início do seu Governo, quando Sartori, através de decreto oficializou o congelamento das nomeações, salários, suspensão de concursos, contratações e pagamentos a fornecedores. Essas são medidas que indicam o desmonte que o estado sofrerá nos próximos meses, o que causará sérios prejuízos à população gaúcha. A CUT e os sindicatos de servidores públicos estaduais já estão organizando uma intervenção qualificada para informar e denunciar os malefícios desta primeira política implementada pelo Governo Sartori.

Os cortes previstos pelo decreto afetariam diretamente o funcionamento da rede estadual de ensino. No entanto, em encontro no sindicato, o Governador, que acompanhou de forma surpreendente o Secretário de Educação, garantiu que os serviços ligados à educação, saúde e segurança não serão prejudicados, ou seja, serão tratados como excepcionalidades. No momento, o Cpers permanecerá vigilante e atento, pois é na prática que veremos o que de fato se efetivará.

Quanto ao Piso Salarial do Magistério, continuará sendo nossa pauta central de luta no próximo período. Agora, reajustado em 13,01%, valor que não será repassado à categoria, estaremos mais distantes de receber o piso como básico da carreira. Os salários dos educadores/ as da rede estadual de ensino do RS já estão defasados em 51%. A justificativa para tal situação de precarização continua sendo a crise nas finanças do estado. Todavia, é interessante ressaltar que enquanto os serviços públicos estão sendo ameaçados por uma política econômica de ajuste fiscal, os salários dos deputados estaduais, governador, vice e secretários serão reajustados em valores que variam de 26,3% a 64,2%, além disso, os deputados estaduais terão direito à aposentadoria especial. Mesmo que tais medidas não sejam responsáveis por aprofundar a crise no estado, no mínimo, não representam símbolos positivos aos ouvidos e olhos da população gaúcha, soam como incoerência.

Outra questão que exigirá do Cpers prudência, organização e mobilização refere-se às negociações a cerca do Plano de Carreira do Magistério Estadual. Sartori anunciou, durante a campanha eleitoral, o desejo de modificá-lo como meio de pagar o Piso Salarial. A posição do Cpers deverá ser irredutível à cerca deste assunto. Não será aceito qualquer mudança na carreira que acarrete achatamento dos salários, dos níveis ou classes, aproximando piso e teto salarial. Diante deste contexto, será indispensável um Cpers unido e forte.

Em março/ 2015, ocorrerá a primeira assembléia convocada pela nova direção do Cpers, na qual teremos o desafio de unificar a categoria em torno de uma pauta comum. Será necessário construir um grande encontro, que reunirá milhares de educadores/ as da rede estadual com a intenção de mostrar a nossa força e representatividade. Neste espaço, será imprescindível referendar a importância da filiação do Cpers a CUT e CNTE. Visto que o atual cenário de crise econômica mundial exigirá muito mais força dos trabalhadores/ as para garantir e expandir as políticas sociais, conquistar pleno emprego e ampliar os direitos trabalhistas. Demandas que não estarão descoladas da necessidade de ocorrerem reformas estruturais.

A luta pela valorização dos educadores/ as não poderá ser mais tratada de forma isolada como se fosse uma questão exclusiva da rede estadual do RS ou dos trabalhadores/ as da área. Para dar mais peso as nossas demandas será preciso envolver milhões de trabalhadores/ as, visto que a educação pública de qualidade é um direito que serve a toda a classe. Nesse sentido, é preciso fortalecer os nossos laços com as nossas entidades e engrandecer a nossa mobilização.

Será necessário caminhar junto para conquistarmos a regulamentação dos recursos oriundos do petróleo e pré-sal, que serão destinados para a educação, e o adiantamento do investimento dos 10% do PIB. Nesse sentido, o Cpers terá o dever de reforçar a sua representatividade e credibilidade diante da sociedade e categoria. O caminho da entidade não deverá ser o de derrubar ou defender governos, mas o de reivindicar melhores condições de vida para os trabalhadores/ as. Com mobilização, negociação e luta o objetivo será o de avançar nas conquistas e fortalecer o sindicato. Para isso também será essencial estreitar os laços com a base e construir meios de aumentar a capacidade de renovação e diálogo com a juventude.★

***Ananda de Carvalho** é diretora de Juventude do CPERS/Sindicato e professora de Geografia da Rede Estadual de Ensino do RS e da Rede Municipal de POA

Por mais PT nas Executivas de Curso

*Felipe Costa**

Diante de uma conjuntura que aponta o acirramento da luta de classes no Brasil, visualizamos dois fenômenos a priori contraditórios entre si: de um lado o avanço do conservadorismo nas diversas esferas da sociedade (sobretudo do ponto de vista ideológico e cultural), mas de outro lado uma juventude que demonstra cada vez mais disposição de tomar as ruas e construir luta política e social, reivindicando mais cidadania e direitos sociais.

Fica evidente a necessidade de fortalecer os espaços de organização da juventude. Os partidos de esquerda (em nosso caso o PT), as entidades de categoria (sejam sindicais ou estudantis), os movimentos sociais e os diversos espaços de auto-organização devem ser propagandeados pelos militantes de esquerda para o conjunto da juventude brasileira.

No caso das universidades, o fortalecimento e a integração da "rede do movimento estudantil", ou seja, os espaços formados pelas diversas entidades estudantis (CA´s, DCE´s, UEE´s, UNE e as Executivas de Curso) juntamente com os espaços de auto-organização dos estudantes (coletivos Afro, LGBT, de mulheres, de saúde e meio ambiente, etc.) é condição necessária para que o movimentoe estudantil tenha capacidade de voltar a protagonizar as lutas sociais brasileiras e contribuir nas transformações estruturais que urgem em nosso país.

Neste cenário, as executivas de curso cumprem um papel importante. Com experiências de organização que remontam aos anos 1950 e de reorganização no período pós-ditadura, em alguns casos, ainda anteriores à própria União Nacional dos Estudantes (UNE), as executivas de curso foram fundamentais na politização e mobilização de uma ampla base social de estudantes na luta por democracia nos anos 1970 e 1980, de resistência ao neoliberalismo nos anos 1990 e por transformações estruturais no período atual.

As executivas de curso foram responsáveis por importante parcela do nível de mobilização e do conteúdo político destes períodos.

A disputa dos currículos, os movimentos para regulamentação da atividade profissional e as ações em parceria com os demais movimentos sociais, pautando o modelo de sociedade, sempre deram o tom das lutas das executivas de curso junto aos estudantes de cada área e até os dias atuais são extremamente potenciais. O debate da formação profissional e do mundo do trabalho, a luta por melhores condições nas universidades e a disputa de consciência dos estudantes em torno de qual profissional queremos são questões que podem ser muito bem trabalhadas nas executivas.

Projetar um futuro de luta e mobilização dos estudantes passa por pensar a integração política das diversas entidades estudantis brasileiras. A Juventude do PT precisa estar atenta a isso e contribuir neste processo. A construção de espaços de atuação conjunta do partido nas executivas é fundamental para o fortalecimento destes espaços.

Precisamos recordar o papel político e organizativo desempenhado pelos partidos políticos na construção das entidades estudantis ao longo da história. Precisamos visualizar em especial o papel desempenhado pela militância do Partido dos Trabalhadores neste cenário. Quando o PT atua unificado nestes espaços demonstra grande capacidade de contribuir para o fortalecimento dos movimentos sociais e da esquerda organizada. Quando atua unificado, o PT demonstra ser não somente uma ferramenta eleitoral, mas um espaço de organização dos trabalhadores e da juventude brasileira. Ganha o campo democrático e popular, ganha a esquerda socialista brasileira.

Queremos um PT popular, socialista e revolucionário. Um PT que atue junto à população e contribua na organização coletiva dos que de alguma forma são explorados pelo capitalismo. Um Partido que contribua na tomada de consciência da maioria explorada da população. Pensar a atuação no movimento estudantil e organizar os estudantes de área é um passo importante nesta caminhada.

Diante da "confusão organizada" e da despolitização pregada pela direita, dizemos: por mais partido no movimento estudantil. Diante da conjuntura e dos desafios do ME, dizemos: por mais PT nas executivas de curso. ★

***Felipe Costa** é membro da Coordenação Nacional da FEAB e militante do Partido dos Trabalhadores

2015: debate e luta

*Adriele Manjabosco**

Passamos 2014, ano da campanha eleitoral e da reeleição da presidenta Dilma, da criação dos comitês e do Plebiscito Popular pela Constituinte Exclusiva e Soberana pela Reforma Política, além de tantas outras atividades e mobilizações que envolveram a militância dos partidos políticos e movimentos sociais da esquerda brasileira.

Em 2015 o ritmo será tão ou ainda mais intenso que 2014. Além do acirramento da luta de classes, da polarização política e da necessidade de intensificar as lutas e mobilizações sociais, 2015 também contará com intensos debates e disputas no âmbito de importantes organizações políticas, entidades e movimentos.

Teremos o 12° Congresso nacional da principal central sindical que organiza a classe trabalhadora no Brasil hoje, a Central Única dos Trabalhadores. Teremos os congressos das duas entidades nacionais do movimento estudantil, o 54º Congresso da União Nacional dos Estudantes (CONUNE) e o 41º Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (CONUBES). Teremos o 5º congresso do maior partido da esquerda brasileira: o Partido dos Trabalhadores; e também a 3ª Conferência Nacional da Juventude do PT. Entre outros, ocorrerá também o 2° congresso da Articulação de Esquerda – tendência petista que completará, em 2015, 22 anos de existência acompanhado da Conferência Sindical da AE.

Os congressos são espaço de debate promovido pelas entidades, movimentos sociais e organizações partidárias, envolvendo a respectiva militância e base social. Além de avaliar sua atuação e repensar aspectos político-organizativos, é nos congressos que são deliberadas as diretrizes políticas e programáticas que irão nortear a ação destas organizações no período seguinte. Comumente, é também nos congressos onde se elege as direções, podendo ser tanto nacionais como estaduais e municipais.

AGENDA

Um resumo de cada congresso, em ordem cronológica

A pauta do **2º CONGRESSO DA ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA** (Instituto Cajamar, de 2 a 5/4/2015) inclui os seguintes temas: os desafios e propostas para o segundo mandato Dilma Rousseff, para a luta social, para a comunicação e cultura, para os governos/parlamentos estaduais e municipais, para as eleições 2016 e 2018; nossas propostas de reforma programática, estratégica e organizativa do Partido dos Trabalhadores; atuação e organização da Articulação de Esquerda. Nas etapas municipais, estaduais e nacional do 2º congresso também serão eleitas as respectivas e comissão de ética.

8ª CONFERÊNCIA NACIONAL SINDICAL DA AE (Instituto Cajamar, 02, 03, 04 e 05 de abril de 2015) Será antecedida das etapas estaduais, que devem ser realizados no mês de março de 2015. A pauta será a mesma da etapa nacional, além de eleger as respectivas coordenações estaduais sindicais. A pauta nacional tratará da conjuntura internacional e nacional; movimento sindical, movimentos sociais, PT e governo; balanço, concepção e organização do setorial sindical da AE; d) 12º CONCUT; e) eleição da nova Coordenação Nacional;

A plenária nacional do **5º CONGRESSO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES** (Salvador, 11 a 14/6/ 2015) será dedicada a dois temas: estratégia e conjuntura (situação nacional e internacional, desafios do 4º governo) e organização partidária (mudanças estatutárias e modelo de organização do partido). O congresso do PT pretende ser um amplo espaço de mobilização, organização partidária e debate estratégico de um programa democrático, popular e socialista para o Brasil. Para isso o congresso tem a perspectiva de envolver o conjunto da militância petista, filiados e não filiados, movimentos sociais, intelectualidade democrática e juventude.

O **CONGRESSO DA UNE** está previsto para mês de junho de 2015. O ponto de partida será o Conselho de Entidade Gerais (CONEG), previsto para março. O CONEG, que reúne DCE´s, UEE´s e Executivas de Curso, deverá convocar, definir a data, o local e o tema do CONUNE. Provavelmente em abril e maio os estudantes elegerão seus delegados e delegadas ao CONUNE.

Espera-se que este CONUNE venha acompanhado de um amplo processo de debate e mobilização da militância estudantil. Tal processo deve atualizar a plataforma de lutas da entidade, contemplando desde pautas educacionais tais como a avaliação da expansão do ensino superior, a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE), a assistência estudantil e a reforma universitária, como também pautas que vem sendo encampadas pelo conjunto dos movimentos sociais e juvenis, tais como a democratização da mídia e a reforma política. Além disso, o CONUNE será um espaço oportuno para avaliar as últimas gestões da entidade, repensar seus métodos e estrutura organizativa.

O **12° CONGRESSO DA CUT** (São Paulo, de 13 a 16/10/2015) começa nos meses de março e abril, com seminários para debater a política econômica, a reforma política, a democratização dos meios de comunicação e os governos estaduais. Em setembro haverá nova rodada de debates sobre conjuntura, estratégia, plano de lutas, reformas estruturais, condições de trabalho, organização sindical, entre outros temas. O 12º Congresso da CUT tem como objetivos mobilizar a classe trabalhadora e o sindicalismo cutista; fortalecer a organização sindical e sua capacidade de intervenção na defesa dos interesses históricos e imediatos da classe trabalhadora; fortalecer as relações da CUT com os movimentos sociais e com a juventude, visando a luta por reformas no país.

O **41° CONGRESSO DA UBES** (previsto para 12 a 15/11/2015) será convocado por um Encontro de Grêmios, que até o momento está previsto para setembro. Assim como no Congresso da UNE, os delegados serão eleitos na base, neste caso nas escolas. Esperamos que o próximo CONUBES debata qual modelo de educação deve ser defendido pelo movimento secundarista, que reformas são necessárias no ensino, além de pensar estratégias para o enraizamento da UBES nas escolas. Outro desafio será construir uma agenda política que contemple a atuação da UBES nas campanhas dos movimentos sociais, com destaque para os temas da reforma política e da democratização da mídia.

O 3° CONGRESSO NACIONAL DA JUVENTUDE(previsto para segundo semestre de 2015) As etapas municipais e estaduais, assim como a data da plenária nacional do Congresso da JPT serão definidas pela Direção Executiva Nacional da JPT, em reunião a ser realizada ainda no mês janeiro de 2015. Nas etapas do congresso serão eleitas as direções municipais, estaduais e nacional da juventude, além dos respectivos secretários.

O ConJPT deverá envolver o conjunto de jovens militantes, simpatizantes, filiados/as e não filiados/as ao partido. Além de avaliar as atuais gestões das secretarias da JPT, o governo Dilma e as políticas de juventude, a perspectiva é sobretudo debater como dar organicidade a militância que foi as ruas eleger nosso projeto.

Como vimos, para além da grande luta política, a agenda de 2015 será de intenso debate.

***Adriele Manjabosco** é dirigente da UNE

Congresso	Data Nacional	Local	Etapas- Antecedentes
2°Congresso da AE	2, 3, 4 e 5 de abril	Instituto Cajamar - SP	**Municipais:** Janeiro, fevereiro e março **Estaduais:** março
8º Conferência Nacional Sindical da AE	2, 3, 4 e 5 de abril	Instituto Cajamar - SP	**Estaduais:** março
5º Congresso do PT	11, 13 e 14 de Junho	Salvador - BA	**Municipais:** março e abril **Estaduais:** maio
54° Congresso da UNE	Junho (indicativo)	GO, DF ou SP	**CONEG** (indicativo): março Eleição de delegados: março, abril e maio
12° Congresso da CUT	13, 14, 14 e 16 de outubro	São Paulo	**Assembleias dos Sindicatos:** Março e maio: **Maio, Junho, Julho e Agosto:** Congressos Estaduais da CUT
40° Congresso da UBES	12, 13, 14 e 15 de novembro	DF, GO, SP ou MG	**Encontro de Grêmios** (indicativo): Setembro
3° Congresso da JPT	2º Semestre de 2015	A definir	A definir

Mulheres continuam em Marcha

*Wilma Reis**

2015 será um ano de importantes agendas nacionais, organizadas pelos movimentos feministas e de mulheres. Em destaque estão:

4ª AÇÃO INTERNACIONAL DA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES DESCENTRALIZADA: A MMM está organizada em mais de 40 países e realiza, desde 2000, as ações internacionais, que acontecem a cada cinco anos e tem como característica principal a definição de consensos e uma forma de atuação na construção permanente de relação entre o local, nacional e internacional, o que marca as sínteses políticas da plataforma da MMM, assim como, a construção de alianças com outros movimentos sociais.

A 4ª Ação Internacional no Brasil será descentralizada, diferente das anteriores, isto é, acontecerá em diversas regiões (não geográficas) do país, entre março e outubro e os eixos temáticos são: *o acaparamento da natureza; o controle sobre o corpo e a vida das mulheres; a apropriação da renda e dos direitos das trabalhadoras e trabalhadores;* e fim da *militarização, criminalização e violência.*

Mais informações: www.marchamulheres.wordpress.com

5ª MARCHA DAS MARGARIDAS: Desde 2000, a Marcha das Margaridas é uma ação estratégica das mulheres do campo, das águas e da floresta de caráter formativo, de denúncia e pressão, também, de proposição, diálogo e negociação política com o Estado. Uma agenda permanente construída pelo Movimento Sindical de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais-MSTTR e movimentos feministas e de mulheres.

A Marcha de 2015, que tem como lema: *Margaridas em Marcha por Desenvolvimento Sustentável com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade*, está sendo construída em todos os estados e acontecerá entre os dias 11 e 12 de agosto, em Brasília.

Mais informações: www.contag.org.br

MARCHA DAS MULHERES NEGRAS 2015: É uma iniciativa com o objetivo de articular as mulheres negras brasileiras, as organizações de mulheres negras e o movimento negro, assim como, as que apoiam a equidade sócio-racial e de gênero, iniciada em 25 de julho de 2014, por meio do Manifesto da Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, várias atividades estão sendo construídas nos estados e o ato nacional acontecerá em 18 de novembro, em Brasília.

Mais informações: www.2015marchamulheresnegras.com.br

Teremos, também, as Conferências municipais, estaduais, distrital e nacional de Políticas Públicas para as Mulheres do Governo Federal, que estão previstas para o segundo semestre de 2015, sem mais informações até o momento. ★

***Wilma dos Reis** é militante da Articulação de Esquerda e da Marcha Mundial da Mulheres no DF

Fevereiro

04 ■ Ato no Congresso Nacional pela aprovação do Plebiscito oficial sobre a Constituinte exclusiva do sistema político (Brasília/DF)

21 ■ Ato politico-cultural (Pamonhada) na ocupação da fazenda Santa Mônica (Corumbá/GO)

24 ■ Ato político de lançamento de Manifesto em Defesa da Petrobras (Brasília/DF ou Rio de Janeiro/RJ, a definir)

26 ■ Mobilização nacional das centrais sindicais, em defesa dos direitos e contra o ajuste.

Março

6 ■ Plenária Nacional da campanha pela Constituinte do sistema político, São Paulo

7 ■ Plenária nacional dos movimentos sociais e organizações de esquerda

1 a 15 ■ Jornada Nacional de lutas pela Constituinte exclusiva do sistema político

12 ■ Dia nacional de lutas pela Constituinte exclusiva do sistema político

9 a 13 ■ Jornada nacional de lutas no campo

13 ■ Dia nacional de lutas em defesa da Petrobras

22 ■ Dia mundial de mobilização em defesa do direito à água

Data a definir ■ Jornada nacional de lutas pela reforma urbana

Abril

26 ■ Dia nacional de lutas da juventude pela democratização da comunicação, contra os 50 anos da Globo

Nota das centrais sindicais

As Centrais Sindicais condenam não só o método utilizado pelo Governo Federal, que antes havia se comprometido a dialogar previamente eventuais medidas que afetassem a classe trabalhadora, de anunciar de forma unilateral as MPs 664 e 665, bem como o conteúdo dessas medidas, que vão na contramão do compromisso com a manutenção dos direitos trabalhistas.

Reunidas na sede nacional da CUT em São Paulo, as centrais sindicais brasileiras – CUT, Força Sindical, UGT, CTB, Nova Central e CSB – vêm à público manifestar sua posição contrária às duas Medidas Provisórias do Governo Federal (MP 664 e MP 665) editadas na virada do ano, sem qualquer consulta ou discussão prévia com a representação sindical dos trabalhadores e trabalhadoras que, em nome de "corrigir distorções e fraudes", atacam e reduzem direitos referentes ao seguro-desemprego, abono salarial (PIS-Pasep), seguro-defeso, auxílio-reclusão, pensões, auxílio-doença e, ainda, estabelece a terceirização da perícia médica para o âmbito das empresas privadas.

As medidas incluídas nas duas MPs mencionadas prejudicam os trabalhadores ao dificultar o acesso ao seguro-desemprego com a exigência de 18 meses de trabalho nos 24 meses anteriores à dispensa, num país em que a rotatividade da mão de obra é intensa, bloqueando em particular o acesso de trabalhadores jovens a este benefício social. As novas exigências para a pensão por morte penalizam igualmente os trabalhadores: enquanto não se mexe nas pensões de alguns "privilegiados", restringem o valor do benefício em até 50% para trabalhadores de baixa renda.

As Centrais Sindicais condenam não só o método utilizado pelo Governo Federal, que antes havia se comprometido a dialogar previamente eventuais medidas que afetassem a classe trabalhadora, de anunciar de forma unilateral as MPs 664 e 665, bem como o conteúdo dessas medidas, que vão na contramão do compromisso com a manutenção dos direitos trabalhistas.

De forma unânime as Centrais Sindicais reivindicam a revogação/retirada dessas MPs, de modo a que se abra uma verdadeira discussão sobre a correção de distorções e eventuais fraudes, discussão para a qual as Centrais sempre estiveram abertas, reafirmando sua defesa intransigente dos direitos trabalhistas, os quais não aceitamos que sejam reduzidos ou tenham seu acesso dificultado.

As medidas, além de atingirem os trabalhadores e trabalhadoras, vão na direção contrária da estruturação do sistema de seguridade social, com redução de direitos e sem combate efetivo às irregularidades que teriam sido a motivação do governo para adotá-las. Desta maneira, as Centrais Sindicais entendem que as alterações propostas pelas MPs terão efeito negativo na política de redução das desigualdades sociais, bandeira histórica da classe trabalhadora.

As Centrais Sindicais farão uma reunião com o Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República no dia 19 de janeiro, em São Paulo, na qual solicitarão formalmente a retirada das referidas medidas pelo Poder Executivo e apresentarão suas propostas.

As Centrais Sindicais também expressam sua total solidariedade à luta contra as demissões de trabalhadores e trabalhadoras da Volkswagen e Mercedes Benz ocorridas também na virada do ano e consideram que a sua reversão é uma questão de honra para o conjunto do movimento sindical brasileiro. As Centrais Sindicais consideram inaceitável que as montadoras, empresas multinacionais que receberam enormes benefícios fiscais do governo e remeteram bilhões de lucros às suas matrizes no exterior, ao primeiro sinal de dificuldade, demitam em massa.

As Centrais Sindicais também exigem uma solução imediata para a situação dos trabalhadores e trabalhadoras das empreiteiras contratadas pela Petrobrás; defendem o combate à corrupção e que os desvios dos recursos da empresa sejam apurados e os criminosos julgados e punidos exemplarmente. No entanto, não podemos aceitar que o fato seja usado para enfraquecer a Petrobras, patrimônio do povo brasileiro, contestar sua exploração do petróleo baseada no regime de partilha, nem sua política industrial fundamentada no conteúdo nacional, e, muito menos, para inviabilizar a exploração do Pré-Sal. As Centrais também não aceitam que os trabalhadores da cadeia produtiva da empresa sejam prejudicados em seus direitos ou percam seus empregos em função desse processo.

Por fim, as Centrais Sindicais convocam toda sua militância para mobilizarem suas bases e irem para ruas de todo país no próximo dia 28 de Janeiro para o Dia Nacional de Lutas por emprego e direitos. Conclamam, da mesma forma, todas as suas entidades orgânicas e filiadas, de todas as categorias e ramos que compõem as seis centrais, a participarem ativamente da 9ª Marcha da Classe Trabalhadora, prevista para 26 de Fevereiro, em São Paulo, para darmos visibilidades às nossas principais reivindicações e propostas.★

São Paulo, 13 de Janeiro de 2014

CUT – Central Única dos Trabalhadores

Força Sindical

UGT – União Geral dos Trabalhadores

CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

Nova Central Sindical de Trabalhadores

CSB – Central dos Sindicatos Brasileiros